

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Juliane Andresa Alves Nunes

**A EMERGÊNCIA DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL**

Porto Alegre
2024

Juliane Andresa Alves Nunes

**A EMERGÊNCIA DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Graciele Marjana Kraemer

Linha de pesquisa: Estudos Culturais em Educação

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Nunes, Juliane Andresa Alves

A Emergência da Modalidade de Educação Bilíngue de Surdos no Brasil / Juliane Andresa Alves Nunes. -- 2024.

106 f.

Orientadora: Graciele Marjana Kraemer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Educação Bilíngue de Surdos. 2. Inclusão Escolar. 3. Direito Linguístico. I. Kraemer, Graciele Marjana, orient. II. Título.

Juliane Andresa Alves Nunes

**A EMERGÊNCIA DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
BILÍNGUE DE SURDOS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de pesquisa: Estudos Culturais em Educação

Apresentada em fevereiro de 2024 à Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Graciele Marjana Kraemer – UFRGS – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Lodenir Becker Karnopp – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Cristina Broglia Feitosa de Lacerda – UFSCAR

Prof.^a Dr.^a Roseli Belmonte Machado – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a meus alunos surdos, a todos que passaram por minha vida, minha carreira se construiu com base em cada um de vocês. A minha vontade de vencer não seria a mesma se não tivesse sido tão bem acolhida na escola de surdos, hoje ela é, sim, a minha segunda casa.

Agradeço à Universidade Pública – UFRGS – por esta conquista e por todo o estudo recebido ao longo desse período, espero poder continuar minha jornada acadêmica dentro dessa instituição. Bem como agradeço ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU), por promover uma formação qualificada, com estudos e discussões contemporâneas das questões que mobilizam as práticas em nosso presente.

Agradeço às pessoas que cruzaram meu caminho nessa jornada de aprendizagem, às quais sempre fui atenta aos seus ensinamentos, todas me deram um pouco de si para que eu me construísse.

Agradeço em especial à escola de surdos *Professora Lilia Mazon*, por ser meu lugar preferido, por me deixar ser quem eu sou, por me permitir brigar por ela, com todas as minhas forças. Esta etapa está sendo concluída por vocês, para cada vez mais poder lutar pela escola de surdos e pelos alunos surdos que devem ter garantido o direito a uma educação pública e de qualidade.

Agradeço a meus colegas de escola, que sempre me apoiaram e compreenderam minhas ausências. O objetivo era nos munir de sabedoria sobre a educação bilíngue, para que no futuro, em posse do conhecimento acadêmico, nossa escola e professores fossem referências na educação bilíngue de surdos. Se depender da minha opinião, já somos. Juntos, somos mais fortes!

Agradeço à minha família, que sempre esteve a meu lado, ora se preocupando com a minha saúde mental, ora ajudando a diminuir um pouco a carga pesada que uma mestranda carrega nessa fase da sua vida.

Agradeço a meu marido, por fazer o maior silêncio possível, para que eu pudesse me dedicar à pesquisa, por ser esse homem tão maravilhoso, que me incentiva e cresce comigo.

Agradeço à minha mãe, por me ensinar desde cedo a importância da educação, da leitura, do estudo e que estas são coisas que ninguém vai te tirar. A educação veio a mim através de ti, sempre me dizendo que era difícil, mas os alunos e a escola precisavam muito mais de mim do que eu deles. Ensinou-me a ser forte e a não desistir ante qualquer desafio, ensinou-me a ser firme e decidida.

Agradeço a meu pai, que não pode estar aqui para me ver como mestra, mas que está em mim, nas minhas atitudes e manias, não me deixando ser só firme e decidida, mas me deu de presente, quando nasci, um coração mole e um mundo cor de rosa, que por vezes me contradiz.

Agradeço a meus irmãos, dos quais dois me cuidam lá do céu, mas, enquanto estiveram aqui, sempre me ajudaram no processo educacional, e, ao mais velho, que sempre foi meu modelo de homem, profissional, de estudante e, hoje em dia, de pai.

Agradeço a meus amigos, sem eles eu não seria tão feliz. Quando estou exausta, sempre tenho uma mão estendida para me desacelerar.

Agradeço às professoras avaliadoras da minha pesquisa, Profa. Dra. Lodenir Becker Karnopp, Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda e Profa. Dra. Roseli Belmonte Machado, as importantes contribuições quando da qualificação da proposta e que muito contribuíram para a produção das análises e a escrita desse texto.

Agradeço à minha orientadora, por ser essa pessoa dedicada, compreensiva e exigente. Somos parecidas, espero ser tão boa profissional como você em minha carreira.

Agradeço, enfim, às forças que nunca me fizeram desistir. Para cada situação, havia uma pessoa querida a meu lado, cada uma teve seu lugar nesta construção, não me deixando desistir, dando-me uma palavra de apoio, sendo um ouvido para minhas reclamações, sou grata por isso. Vocês fizeram a minha força, obrigada!

Na educação de surdos pulsa o desejo do encontro. O encontro com uma língua de significação que se traduz na potência de querer estar na escola, e este é o recurso precioso que devemos aproveitar. Debruçar-nos na tarefa de compreender maneiras para oferecer condições para pensar, perceber, sentir, avaliar, afetar um currículo, de maneira vívida. Professores precisam se lançar em desafios, não só pensando na aprendizagem dos seus alunos, mas também no seu prazer em dar aula, em estar instigado pela invenção da sua própria aula (Giordani; Gai; Marins, 2015, p. 98).

RESUMO

O presente estudo compreende uma análise de discurso sobre as condições de possibilidade da emergência da modalidade de educação de surdos em uma perspectiva bilíngue no Brasil. Para isso, parte-se do seguinte problema de pesquisa: **quais as condições de possibilidade para a emergência da educação bilíngue de surdos no Brasil?** Com base em tal problema de pesquisa, estrutura-se o seguinte objetivo geral: investigar e analisar as condições de possibilidade para a emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil. A materialidade de pesquisa compreende documentos legais relativos à educação bilíngue de surdos no Brasil correspondente ao período de 2002 a 2021, período de recorte temporal que compreende o reconhecimento da Libras enquanto meio de comunicação da comunidade surda até a instituição da modalidade de educação bilíngue de surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O exercício de pesquisa, de inspiração genealógica, possibilita analisar regimes discursivos que mobilizam a educação bilíngue para surdos no Brasil, nas últimas duas décadas. A pesquisa estrutura-se na perspectiva dos estudos desenvolvidos por Michel Foucault, em específico nos conceitos de discurso e de análise do documento como monumentos. Busca-se, assim, compreender como a educação de surdos é produzida, considerando-se a perspectiva linguística. Torna-se, então, relevante retomar os movimentos da comunidade surda nas últimas décadas, como debates, discursos e práticas, que buscam imprimir outros significados na organização da educação, dando destaque a discussões que localizam a educação de surdos em uma matriz inclusiva de afirmação do direito linguístico. A partir das análises, verifica-se que as condições de emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos sustentam-se pelos investimentos na formação docente para a educação de surdos e pelos investimentos graduais e sistemáticos em práticas que mobilizam a difusão da Língua de Sinais no País. Isso é reflexo de uma matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Bilíngue de Surdos; Inclusão Escolar; Direito Linguístico.

ABSTRACT

The present study comprises a discourse analysis on the conditions of possibility for the emergence of the deaf education modality from a bilingual perspective in Brazil. To do this, we start from the following research problem: *what are the conditions for the emergence of bilingual education for the deaf in Brazil?* Based on this research problem, the following general objective is structured: to investigate and analyze the conditions of possibility for the emergence of bilingual education for the deaf in Brazil. The research materiality comprises legal documents relating to bilingual education for the deaf in Brazil corresponding to the period from 2002 to 2021, a time frame that includes the recognition of Libras as a means of communication for the deaf community until the institution of the bilingual education modality for the deaf in the National Education Guidelines and Bases Law. The genealogically inspired research exercise makes it possible to analyze discursive regimes that mobilize bilingual education for the deaf in Brazil over the last two decades. The research is structured from the perspective of studies developed by Michel Foucault, specifically the concepts of discourse and document analysis as monuments. The aim is, therefore, to understand how deaf education is produced, considering the linguistic perspective. It then becomes relevant to revisit the movements of the deaf community in recent decades, such as debates, speeches and practices, which seek to imprint other meanings on the organization of education, highlighting discussions that locate deaf education in an inclusive matrix of affirmation of linguistic law. From the analyses, it appears that the conditions for the emergence of bilingual education for the deaf are supported by investments in teacher training for the education of the deaf and by gradual and systematic investments in practices that mobilize the dissemination of sign language in Brazil. This is a reflection of an inclusive matrix supported by the perspective of Special Education.

Keywords: Bilingual Education for the Deaf; School inclusion; Linguistic Law.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD	Banco Digitais de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAEDA	Centro de Atendimento Especial de Deficientes Auditivos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cefet-GO	Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
Cefet-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Cefet-RN	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
CFPS	Curso de Formação para Professores de Surdos
CIF	Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CNEBS	Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos
COINES	Congresso do Instituto Educacional de Surdos
EaD	Educação a Distância
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
FAPA	Faculdade Porto-alegrense
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo
FESURS	Fórum das Escolas de Surdos do Rio Grande do Sul
GIPELS	Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Língua de Sinais
GIPES	Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos
IFG	Instituto Federal Goiano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação e Integração dos Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais

MEC	Ministério da Educação
NEO	Núcleo de Educação Online
NUPPES	Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos
PCDAH/RS	Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPGEdu	Programa de pós-graduação em Educação
PROLIBRAS	Proficiência em Libras
ReVEL	Revista Virtual de Estudos da Linguagem
RS	Rio Grande do Sul
SBECE	Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SMED	Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Porto Alegre
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCEG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCS	Universidade Federal de Santa Catarina
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ	Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas no Rio Grande do Sul
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos capítulos do projeto.....	22
Quadro 2 – Scientific Electronic Library Online (SciELO) [2002 a 2022]	32
Quadro 3 – Base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) [2002 a 2022]	35
Quadro 4 – Documentos norteadores e legislações	42

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Reportagem do site Senado <i>Nova Lei inclui educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB</i>	18
Imagem 2 – Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)	45
Imagem 3 – História em quadrinhos sobre o Congresso de Milão	46
Imagem 4 – Entrega do documento elaborado pela comunidade	51
Imagem 5 – Passeata durante pré-Congresso	52
Imagem 6 – Notícia publicada no jornal Correio do Povo de Porto Alegre/RS, em 24 de abril de 1999	52
Imagem 7 – Comunidade surda no Palácio Piratini	53
Imagem 8 – Quadro de oferta de cursos de Libras no Brasil.....	84
Imagem 9 – Gráfico de alunos matriculados.....	86
Imagem 10 – Gráfico de alunos concluintes	87

SUMÁRIO

1	MARCOS DA MINHA TRAJETÓRIA COMO PESQUISADORA	15
2	INTRODUÇÃO	18
3	CAMINHOS DA PESQUISA	23
3.1	A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA NA PESQUISA SOBRE A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS	23
3.2	DELINEANDO O OBJETO DE PESQUISA: A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS.....	32
3.3	AS LENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: MODOS DE INVESTIGAÇÃO.....	39
4	A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM NOSSO PAÍS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS	44
4.1	A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA RETOMADA HISTÓRICA.....	44
4.2	O RIO GRANDE DO SUL NA MOVIMENTAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS.....	50
4.3	EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS	62
4.4	A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA MATRIZ INCLUSIVA.....	72
5	CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA DA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS	80
5.1	OS INVESTIMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS	80
5.2	FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM BREVE PANORAMA NO PAÍS.....	84
5.3	A DIFUSÃO LINGUÍSTICA DA LIBRAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS.....	97

1 MARCOS DA MINHA TRAJETÓRIA COMO PESQUISADORA

Toda e qualquer pesquisa nasce precisamente da insatisfação com o já-sabido. [E é preciso colocar] em funcionamento outra máquina de pensar, de significar, de analisar, de desejar, de atribuir e produzir sentidos, de interrogar em que sentido há sentidos (Corazza, 2007, p. 109).

Minha história como pesquisadora se inicia na graduação de Letras na Faculdade Porto-alegrense (FAPA), na qual me formei em 2013. Nesse período, com a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura, passei a compreender aspectos que englobam a educação de surdos e a sua constituição linguística. Com o passar do tempo, visto que eu já considerava a Libras algo curioso, resolvi ingressar no curso de extensão em Língua Brasileira de Sinais, a princípio para contemplar as horas obrigatórias requeridas para a titulação. No decurso da atividade de extensão, porém, fui me interessando em aprender mais sobre a língua. Conheci uma escola de surdos, o grupo de teatro dessa mesma escola e a Sociedade de Surdos do Rio Grande do Sul. Desde então, as questões que englobam a educação de surdos vêm me acompanhando em minha trajetória profissional.

Na faculdade, trabalhei como voluntária nos fóruns ocorridos na instituição, auxiliando na organização dos eventos. Nesse período, também comecei minhas pesquisas na área da surdez, fazendo apresentações para a faculdade e em outros espaços sobre essa temática, em especial a aprendizagem dos sujeitos surdos. Iniciei uma pós-graduação em 2013, concluída no ano de 2014, na qual desenvolvi o trabalho de conclusão *Variações linguísticas em Libras*. Havia, então, me formado como Tradutora Intérprete de Libras. Assim, comecei a trabalhar na área. Mesmo assim, não havia trabalhado como docente com surdos e minha vontade e curiosidade só aumentavam. Em 2017, formei-me em Pedagogia no Centro Universitário Internacional (UNINTER), quando procurei – a fim de aprimorar meu conhecimento na área educacional e compreender melhor os processos de aprendizagem dos alunos – ampliar meus estudos nas questões que envolvem a educação bilíngue de surdos. Desde então, meu foco de pesquisa passou a ser a escolarização e os processos da educação bilíngue de surdos.

Para produzir esta escrita, foi preciso olhar para a prática pedagógica na educação de surdos. Estar imersa em um espaço onde as políticas educacionais, muitas vezes, necessitam ser traduzidas de modo específico – considerando a realidade do contexto escolar –, desafio que, sob certa medida, complexifica processos e práticas na educação para a diferença.

A articulação, entre a prática pedagógica, pesquisas educacionais e linguísticas e os dispositivos legais, constitui-se elemento central para a minha trajetória profissional em escolas de surdos. Atualmente, além de estar inserida na escola, tenho, como espaço de articulação de estudos, discussões e formação continuada, o Grupo Interinstitucional Pesquisa em Língua de Sinais (GIPELS), que compreende um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse grupo tem por objetivo promover o desenvolvimento integral de crianças e jovens surdos, bem como capacitar os profissionais que atuam direta ou indiretamente com esses sujeitos.

Com esse compromisso, em 2021 foi ofertado o Curso de Formação para Professores de Surdos na modalidade a distância (CFPS), que contou com a parceria da UFRGS e do Ministério da Educação (MEC). Outra atividade, desenvolvida em 2021 pelo GIPELS, foi o Fórum das Escolas de Surdos do Rio Grande do Sul (FESURS). Esse evento foi desenvolvido de modo remoto e contribuiu para proporcionar espaços de troca de ideias, anseios, frustrações, conquistas e dinâmicas vivenciadas dentro das escolas de surdos do Rio Grande do Sul. Destaco a relevância desse grupo no desenvolvimento da presente pesquisa, pois se constitui num espaço de estudo e debate acerca da educação bilíngue de surdos.

A minha trajetória me traz até o ponto no qual estou hoje, no mestrado e participando do Grupo de Estudos em Desigualdade, Inclusão e Políticas Educacionais (GEDIPE). Nas orientações, nas discussões com os colegas, nos estudos indicados, nas leituras que abriram diversos horizontes, constituíram-se espaços que me fizeram compreender de forma mais efetiva o papel de pesquisadora e, por consequência, ampliar o horizonte de possibilidade nas práticas desenvolvidas no espaço pedagógico.

Participar do GEDIPE também me oportunizou publicar um capítulo de livro, participar de eventos nacionais e apresentar dados prévios do estudo que venho desenvolvendo para esta dissertação. Alguns dos eventos foram o Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação (SBECE), no qual apresentei o trabalho *Ensino da Língua Portuguesa em Escolas Bilíngues de Surdos*. No Congresso do Instituto Educacional de Surdos (COINES), que teve por enfoque materiais didáticos no ensino bilíngue de surdos, apresentei parte da pesquisa com enfoque nos *Materiais bilíngues no ensino de surdos*. No evento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), apresentei, em conjunto com minha orientadora, parte da pesquisa sob o tema *Princípios Legais da Educação Bilíngue de Surdos no Brasil*. Essas experiências de escrita e de apresentação de fragmentos do estudo que venho desenvolvendo ampliam o horizonte das discussões aqui desenvolvidas.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo **investigar as condições de possibilidade para a emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil**. O que trago aqui são as inquietações que me mobilizam acerca da educação de surdos, a partir das experiências docentes na prática pedagógica. A materialidade que constitui a pesquisa, assim como as vivências que estabeleço na atuação docente, expressam aquilo que constitui minha inflexão profissional e política na educação dos sujeitos surdos. Compreendo que, aquilo que vivenciamos na docência no campo da educação de surdos, constitui-se por regimes discursivos que mobilizam formas de pensar e acionam contornos políticos para a educação de diferentes grupos sociais.

2 INTRODUÇÃO

No contexto recente, um marco político na educação de surdos, a Lei n.º 14191, de 03 de agosto de 2021, concretizou a modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil. Essa Lei, em parte, resulta dos movimentos políticos da comunidade surda no Brasil, tendo em vista a afirmação dos direitos linguísticos desse grupo, inscrevendo a educação bilíngue como modalidade educacional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Além disso, verifico que a modalidade de educação bilíngue de surdos em nosso país efetiva um movimento político de afirmação da inclusão escolar de alunos surdos, segundo o paradigma político de afirmação do direito legal à educação de todos.

Imagem 1 – Reportagem do site Senado *Nova Lei inclui educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB*

Nova lei inclui educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB

Da Agência Senado | 04/08/2021, 09h51



Fonte: Nova Lei... (2021).

Em vista dessa normativa legal, cabe compreender que, na educação bilíngue de surdos, a Libras e a Língua Portuguesa são línguas de diferentes modalidades, no entanto apreendidas no mesmo ambiente educacional e de modo concomitante. A Libras compreende a modalidade visuoespacial e, a Língua

Portuguesa, a modalidade oral-auditiva. Em uma perspectiva de educação bilíngue de surdos, os processos de instrução se efetivam por meio da Língua de Sinais – enquanto língua natural dos sujeitos surdos, assim como é reconhecida nacionalmente pela Lei n.º 10436, de 2002. Quadros e Karnopp (2004) compreendem que, a língua materna ou natural, é a primeira língua que deve ser adquirida pelo sujeito surdo, seguida da Língua Portuguesa, como segunda língua.

Karnopp (2005), em uma entrevista concedida à Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, destaca que a Língua de Sinais é adquirida e desenvolvida pela criança surda a partir de um processo semelhante à aquisição de linguagem oral da criança ouvinte. No desenvolvimento linguístico do sujeito surdo, o processo de aquisição da língua gesto-visual é percebido também de forma natural, uma vez que as crianças surdas, expostas à Língua de Sinais, adquirem de forma natural tal língua, sem a necessidade de um processo de instrução especial. Elas começam a reproduzir sinais, próximas à idade na qual os ouvintes começam a falar, bem como passam pelos mesmos estágios de desenvolvimento linguístico das línguas orais. A autora ainda afirma que, considerando os aspectos universais das línguas humanas, é natural que surdos, participantes de um ambiente propício ao aprendizado da Língua de Sinais, apresentem semelhanças em relação aos estágios de aquisição das línguas orais.

A Libras é composta pelos mesmos componentes clássicos da linguística estrutural pertinentes às línguas orais, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico. Ela possui os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado. Contudo, quando olhamos para o percurso histórico que marca a educação de surdos no cenário nacional, verifica-se uma sobreposição de práticas que, inscritas em uma perspectiva normalizadora, afirmam a centralidade da Língua Portuguesa nos processos de aprendizagem dos sujeitos surdos. Nessa condição, a educação bilíngue de surdos não implica:

[...] transformar uma das línguas em trampolim para o aprendizado da outra. A língua de sinais e a língua portuguesa são mantidas porque a primeira permite ao sujeito se identificar e viver uma experiência visual, e a segunda permite ao surdo estar entre brasileiros, sendo brasileiro (Lopes; Menezes; 2010, p. 84).

Em consideração à política educacional inclusiva, destaca-se que, se a educação de surdos atenta apenas para a centralidade linguística, desconsideram-se importantes marcas culturais, dentre elas: as lutas históricas da comunidade surda, a participação e o protagonismo dessa comunidade em reivindicações político-culturais. Isso pode resultar em processos que invisibilizam a significação cultural da diferença. Assim,

Tanto na inclusão escolar como na educação bilíngue, quando não mudam os olhares sobre os surdos, e não se olha para as singularidades, podemos ver a redução da surdez aos processos linguísticos, à capacidade de comunicação com o outro surdo e com o outro ouvinte, uma redução que não leva em conta a cultura, as experiências surdas e as múltiplas possibilidades de ser surdo (Thoma, 2012, p. 213).

Em vista disso, objetiva-se assegurar aos alunos surdos uma educação voltada às suas peculiaridades linguísticas, contemplando material didático e professores especializados na língua, com formação específica em nível superior. Nesse sentido, Müller e Karnopp (2017, p. 62) destacam que:

[...] a educação bilíngue, uma proposta em constante (re)construção, é a mais adequada em escolas de surdos, o que requer profissionais bilíngues nas escolas, investimentos financeiros, recursos humanos qualificados, materiais pedagógicos, tempo para preparo das aulas e avaliação dos estudantes, avanços metodológicos, mudanças curriculares, produção e consumo de pesquisas sobre educação bilíngue, entre outros pontos.

Assim, considerando uma perspectiva cultural de afirmação da diferença, a presente pesquisa atenta a um movimento político em que proposições são pensadas para a educação de surdos por meio da instituição legal da modalidade de educação bilíngue de surdos. A escolha do tema de pesquisa foi motivada pelo interesse em compreender as condições de possibilidade para que a educação bilíngue de surdos, no País, constitua-se em uma modalidade educacional, mobilizando, com isso, possibilidades específicas para a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos surdos.

A partir dessa perspectiva de pesquisa, o contato próximo a questões que tangem os sujeitos surdos, bem como a observação da constituição de formas de

ser na educação de surdos, possibilita traçar possibilidades investigativas. As experiências como professora de surdos em uma perspectiva bilíngue permitem operar na desconstrução de “[...] categorias que foram fixadas, naturalizadas e universalizadas – como é o caso da verdade, do discurso, do sujeito, do poder, das identidades e das diferenças” (Tedeschi; Pavan, 2017, p. 5). Essas experiências representam formas de pensar e produzir a diferença por meio da invenção de outros significados. Esse movimento aciona outras formas de promover os discursos educacionais hegemônicos, que, por sua vez “[...] ainda sustentam o pensamento moderno ocidental, como uma forma de interrogá-los, de desestabilizá-los e, por conseguinte, de ampliar seus limites, ampliar as possibilidades de pensar os processos educacionais” (Tedeschi; Pavan, 2017, p. 5).

Nesta pesquisa, parte-se da compreensão de que a educação se constitui em um espaço no qual se concentram e se desdobram lutas e significações políticas em torno da demarcação de formas de vida que se inscrevem em determinada racionalidade. É nela que são desdobrados embates políticos, linguísticos, culturais, éticos, por meio dos quais os diferentes grupos sociais passam a ser representados e constituídos em um regime discursivo que estrutura e mobiliza a educação nacional. Como resultado desses processos, temos visto nas últimas décadas movimentos em prol da significação da diferença enquanto marcador político de lutas sociais, na perspectiva da afirmação identitária. Sob esse prisma, elaboro o seguinte problema de pesquisa: **quais as condições de possibilidade para a emergência da educação bilíngue de surdos no Brasil?**

Em vista de contemplar o problema, o objetivo geral da presente pesquisa compreende analisar as condições de emergência da educação bilíngue de surdos no Brasil. Pela abrangência do objetivo geral, dois são os objetivos específicos delimitados: a) analisar a perspectiva linguística para a educação bilíngue de surdos no Brasil nas últimas décadas; b) compreender as condições de emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil.

Além do capítulo destinado à introdução, este projeto de pesquisa está organizado da seguinte forma:

Quadro 1 – Resumo dos capítulos do projeto

Capítulo 2	Introdução	Panorama da pesquisa.
Capítulo 3	Caminhos da Pesquisa	O capítulo aborda a delimitação da pesquisa a partir da perspectiva pós-estruturalista. É delineado o objeto de pesquisa, considerando as lentes teórico-metodológicas.
Capítulo 4	A Perspectiva Linguística para a Educação de Surdos em nosso País nas Últimas Décadas	Neste capítulo, discorro sobre a perspectiva linguística para a educação bilíngue de surdos em nosso país nas últimas décadas. Desdobro a perspectiva linguística para educação de surdos, fazendo uma retomada histórica, para compreender a educação de surdos brasileira.
Capítulo 5	A Educação de Surdos na Matriz Inclusiva	No capítulo, abordo a educação bilíngue para surdos tendo em vista a política de inclusão escolar. Esta análise busca tensionar como a educação bilíngue de surdos é acionada enquanto estratégia para a promoção da inclusão escolar.
Capítulo 6	Condições de Possibilidade para a Emergência da Modalidade de Educação Bilíngue de Surdos	No capítulo, faço uma análise das condições de emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil. Subdivido-o em duas seções, que contemplam distintas categorias analíticas: os investimentos na formação docente para a educação de surdos e a difusão do direito linguístico dos sujeitos surdos.
Capítulo 7	Considerações Finais	Nas considerações finais, retomo as questões teórico-metodológicas da pesquisa, acrescidas das considerações dos dados do presente projeto. Verifica-se, assim, que as condições de emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos são sustentadas pelos investimentos na formação docente para a educação de surdos e pelos investimentos graduais e sistemáticos em práticas que mobilizem a difusão da língua de sinais no País. Isso é reflexo de uma matriz inclusiva, sustentada pela perspectiva da Educação Especial, e que contrapõe uma matriz inclusiva sustentada pelo direito linguístico.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

3 CAMINHOS DA PESQUISA

Não há um porto seguro, onde possamos ancorar nossa perspectiva de análise, para, a partir dali, conhecer a realidade. Em cada parada no máximo conseguimos nos amarrar às superfícies. E aí construímos uma nova maneira de ver o mundo e com ele nos relacionarmos, nem melhor nem pior do que outras, nem mais correta nem mais incorreta que outras (Veiga-Neto, 2007, p. 33).

A pesquisa compreende um espaço político de afirmação dos modos pelos quais nos constituímos sujeitos da e na educação. Neste caso em específico, sujeitos da e na educação de surdos. É pelo prisma da afirmação política que a pesquisa se constitui elemento indispensável à prática pedagógica que mobiliza o reconhecimento cultural dos sujeitos surdos. Assim, passo a indicar neste estudo as filiações teóricas e as implicações metodológicas que assumi na organização do caminho de pesquisa.

3.1 A PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA NA PESQUISA SOBRE A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

A presente pesquisa inscreve-se na linha de pesquisa dos Estudos Culturais em Educação, alinhada aos estudos surdos por meio de uma perspectiva pós-estruturalista. Bonin *et al.* (2020) traçam um panorama dos Estudos Culturais ao longo dos anos, atentas ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da UFRGS, na década de 1990. Segundo elas, a linha de Estudos Culturais em Educação da UFRGS foi composta por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, cujo foco era contestar aspectos que marcavam o cenário da educação nacional. Dessa linha, resultaram pesquisas sobre currículo, cultura, sociedade, tradução, elaboração e organização de livros e textos que promoviam críticas às políticas curriculares, representacionais e identitárias, dentre outras questões que envolviam esses entrelaçamentos.

Na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) de Canoas, no período de 2002 a 2004, as discussões, produzidas por pesquisadores vinculados aos Estudos Culturais em Educação, passaram a englobar eixos que abarcam:

Infância, juventude e espaços educativos; currículo, ciências e tecnologias; Pedagogias e políticas da diferença.

Segundo Costa, Wortmann e Bonin (2016), Estudos Culturais abordam diferentes dimensões da educação e da cultura, então podem ter estudos diversos abrangendo as áreas de culturas infantis, as identidades juvenis, a cibercultura, as culturas pós-coloniais, negras e indígenas, as culturas escolares, assim como as práticas educativas constantes, em variadas formas culturais como a literatura, a música, os filmes, a televisão, a dança, a arquitetura. Há interesse, dentro dos Estudos Culturais, com a conexão à educação, no sentido de compreender como se formam e se transformam as subjetividades e as formas de pertencimento a alguns grupos, refletindo sobre as representações naturalizadas, estereótipos e preconceitos implicados no posicionamento desigual dos sujeitos.

Na análise desenvolvida, a partir de Stuart Hall, Costa, Wortmann e Bonin (2016) pontuam que a educação vem sendo ressignificada em nosso presente e, diante disso, um dos aspectos centrais desse processo, no campo dos Estudos Culturais em Educação, está implicado com as afirmações culturais, a constituição de distintos modos de ser e estar no mundo, em articulação com as formas de significação de determinadas práticas. Nesse âmbito também Grossberg (2019, p. 1) traz a ideia de que os Estudos Culturais dizem respeito ao futuro e, sobre o longo trabalho que teremos no agora para construir o futuro, os Estudos Culturais terão um compromisso com 'formas alternativas de mundo'.

Os Estudos Surdos, como campo de conhecimentos, articulam-se aos Estudos Culturais em Educação, segundo Lopes (2017), pela perspectiva de questionar e problematizar os discursos sobre os surdos, a condição da surdez e as marcas históricas do processo de escolarização desses sujeitos. Segundo Lopes (2017), a partir de 1996 foram desenvolvidas importantes discussões no Programa de pós-graduação em Educação (PPGEdu) da UFRGS, sobre as necessidades de pesquisas que englobam os sujeitos surdos. Outro aspecto a destacar compreende a inclinação legal que nosso país adota, a partir da primeira década do século XXI, ao reconhecer a Libras como meio de comunicação e de interação da comunidade surda.

Segundo Braga (2006), nos anos 2000, surgiu na UFRGS o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais de Surdos (NUPPES). O campo dos Estudos Surdos consolidou-se com a produção de pesquisas desenvolvidas por mestrandos e doutorandos surdos e ouvintes que integravam esse grupo de pesquisas. Assim, o NUPPES, formando convênios com a Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Porto Alegre (SMED), e a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), ofereceu assessoria ao Centro de Atendimento Especial de Deficientes Auditivos (CAEDA). Na pesquisa desenvolvida por Lopes (2017), a autora verifica que esse grupo foi reconfigurado em 2006, para o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES), fazendo parte dele, inicialmente, pesquisadores de distintas instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul, dentre as quais a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Pelotas, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade do Vale dos Sinos e outras.

Kraemer, Lopes e Witches (2022) fazem uma retomada das produções acadêmicas do GIPES entre os anos de 2006 e 2020. Essas pesquisas encontram-se inscritas, em grande medida, nos estudos desenvolvidos no campo dos Estudos Culturais em Educação e Estudos Surdos, e enfatizam a caracterização dos estudos surdos com base na cultura surda, na Língua de Sinais, a partir de uma perspectiva socioantropológica. As pesquisas, desenvolvidas pelos pesquisadores que compõem o GIPES, partem da compreensão da surdez como diferença cultural, na qual a Língua de Sinais é vista sob uma perspectiva socioantropológica, de contribuição para a constituição de determinados saberes, bem como na organização de práticas educacionais.

As pesquisas trazem contribuições substanciais para que estereótipos que situam a surdez na arena da incapacidade e da deficiência sejam problematizados. São pesquisas que tratam de práticas pedagógicas e que inscrevem a Libras na literatura, na matemática, na cultura e em outros tantos espaços, para que assim sejam promovidas distintas possibilidades de desenvolvimento dos sujeitos surdos (Kraemer; Lopes; Witches, 2022, p. 203).

Ao longo dos anos, o GIPES produziu importantes saberes referentes às questões de organização política e histórica no que tange aos processos educacionais dos surdos, enfatizando-se aspectos linguísticos e culturais que envolvem esses sujeitos. Na análise dos estudos produzidos pelos integrantes do GIPES, houve temas como: “Docência, Educação Bilíngue, Cultura e Diferença Surda, Estudos da Tradução, Fonoaudiologia, Inclusão, Linguística da Língua de Sinais e Literatura Surda compreendem os campos temáticos de inscrição das pesquisas acadêmicas” (Kraemer; Lopes; Witchs, 2022, p. 203). A partir do detalhamento do enfoque das pesquisas, pode-se observar que a surdez é inscrita analiticamente nas questões que englobam a diferença cultural, considerando-se, para tal, a potência da Língua de Sinais e a perspectiva da promoção de propostas educacionais bilíngues.

Em vista do objetivo da presente pesquisa, aproximo-me do referencial pós-estruturalista, alinhado às discussões de Michel Foucault. Especificamente, filio-me à compreensão de que as condições de possibilidade, para a instituição da modalidade de educação bilíngue de surdos na LDB, inscrevem-se em determinadas relações de poder, que, por sua vez, produzem regimes discursivos para a educação dos surdos.

A perspectiva pós-estruturalista nos instiga a problematizar nossas formas de atuar na sociedade, mobilizando, a partir disso, a possibilidade de pensar e produzir outros significados nos processos de constituição dos sujeitos. Questionar é duvidar da naturalidade do pensamento, colocando-o em constante indagação. Problematizar compreende “tomar uma distância” em relação ao pensamento e questioná-lo “sob seu sentido, suas condições e seus fins” (Foucault, 2006, p. 231-232).

Recorro aos Estudos Surdos, a fim de retomar e ampliar questões históricas, que permearam a educação desses sujeitos, por meio de lutas e movimentos em defesa do direito à educação bilíngue. Esta retomada auxilia na demarcação de movimentos históricos, além de mobilizar possibilidades distintas para compreendermos as condições de possibilidade da educação bilíngue de surdos em nosso país. Esse movimento, de rever a história, entre outros aspectos, corrobora o processo de “[...] entender aquilo que nos tornamos, aquilo pelo que

lutamos e aquilo em que acreditamos no presente” (Lopes; Fabris, 2013, p. 19). Segundo as autoras, as análises dos fatos são necessárias para que tenhamos uma consciência daquilo que estruturou determinados regimes de verdade na educação de surdos no Brasil.

A partir dos referenciais teóricos e metodológicos que fundamentam a pesquisa, compreendo que as leituras e o conhecimento abrem espaço para a promoção da crítica quanto às verdades absolutas que objetivam legitimar saberes e instituir formas de governo das condutas. Essa perspectiva de estudo busca romper com “[...] o sujeito racional, as causas únicas e universais, as metanarrativas, a linearidade histórica, a noção de progresso, a visão realista de conhecimento” (Paraíso, 2014, p. 27). Ao pesquisar na perspectiva pós-estruturalista, parto da compreensão de que a verdade é uma produção histórica, referente a um determinado tempo e espaço, a fim de compreender os processos de legitimação de determinados discursos para a educação de surdos em um contexto histórico e social específico.

Aguilar e Gonçalves (2017) acreditam que é importante entender a perspectiva pós-estruturalista, pois ela explica as relações de dominação presentes na sociedade, não apenas como uma questão econômica, mas de dominação de outros grupos. A partir disso, tem-se a possibilidade de se pensar no sujeito inscrito em contextos que moldam formas de interação e de constituição subjetiva, as verdades absolutas são questionadas e as relações de poder analisadas segundo práticas instituídas no decurso histórico.

As relações de poder, em sua capilaridade, operam na produção de saberes, sujeitos, ações e se manifestam “como resultado da vontade que cada um tem de atuar sobre a ação alheia, – como resultado de uma vontade de potência” (Veiga-Neto, 2007, p. 121-122). Sob esse enfoque, entende-se que o discurso não se baseia apenas numa simples sequência de palavras, frases ou afirmações, mas compreende um conjunto de práticas sociais que produzem e mantêm relações de poder na sociedade.

As relações de poder, enquanto práticas exercidas no organograma social, moldam as percepções de mundo e a dinâmica de determinados grupos sociais. O discurso é construtor de identidades sociais, cria hierarquias e diferenças entre

as pessoas, excluindo e ditando o que é passível de ser dito e o que deve ser silenciado. Assim, as condições de possibilidade para a emergência são entendidas não como “[...] o surgimento necessário daquilo que durante muito tempo tinha sido preparado antecipadamente; é a cena em que as forças se arriscam e se afrontam, em que podem triunfar ou ser confiscadas” (Foucault, 2014, p. 20). Trabalhar com a noção de emergência envolve compreender que a pesquisa tem um “sentido histórico” liberto do ponto de vista “supra-histórico” (Foucault, 2014, p. 26).

O corpus analítico da pesquisa é composto por seis documentos legais que se referem à educação bilíngue de surdos em nosso país nas duas últimas décadas. Nesse movimento, anoro a analítica em pesquisas que me auxiliam no delineamento teórico e metodológico de aspectos que tratam da emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos em nosso país. Esses documentos serviram como base para que a problemática aqui apresentada possa ser desenvolvida analiticamente.

Compondo ainda o corpus analítico, utilizo os bancos de dados da SciELO e BDTD. Inicialmente foi realizada uma busca em repositórios de teses e dissertações por estudos que tratam dos seguintes aspectos: “educação bilíngue para surdos”; “perspectiva linguística de educação de surdos” e “inclusão escolar de surdos”. A partir dessa busca, pude compreender alguns enfoques analíticos operados por outras pesquisas, considerando o tema que abordo, delimitado a um período compreendido entre 2002, marcado pela oficialização da Lei da Libras, e 2021, o ano em que a educação bilíngue de surdos foi instituída enquanto modalidade, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e desvinculada da Educação Especial.

Nesta seção, apresentarei quadros que sintetizam os materiais de base da pesquisa, a fim de tornar visualmente explicativo os diálogos com pesquisas e estudos que corroboram o presente trabalho. Para ilustrar a pesquisa e os movimentos históricos, trago fotografias cedidas pela intérprete de Libras, Angela Russo, a partir de seu repositório pessoal, selecionadas de seu álbum particular com registros fotográficos da época do evento do qual participou. O evento em questão ocorreu em 1999, e marcou a história dos surdos no Rio Grande do Sul,

principalmente a cidade de Porto Alegre, que serviu de cenário para que esse momento acontecesse.

Na perspectiva de trazer dados nacionais sobre as instituições que possuem formação na área de Libras, recorro à Plataforma 360, como uma forma de acessar dados relevantes para esta pesquisa. Trata-se de um site que apresenta dados de instituições do Brasil e de seus cursos de formação, dentre eles os ofertados na área de Libras. Na plataforma, pode-se verificar, desde a oferta, matrícula, conclusão e diversos dados dos alunos, aos cursos que envolvem a Língua de Sinais. Por se tratar de uma pesquisa de análise documental, inscrita em uma perspectiva pós-estruturalista, compreendo que os dados, quando analisados a partir de um repertório amplo, convergem para uma análise mais aprofundada de questões que tangem à educação de surdos em nosso contexto contemporâneo.

A possibilidade de realizar diferentes movimentos investigativos e analíticos nos textos legais, alinhando-me a pesquisas já realizadas na área da educação de surdos, bem como a outras fontes de pesquisa de dados, constitui uma forma de interrogar outros modos regimes de verdade de nosso tempo. Trata-se nessa perspectiva de produzir outros sentidos, de incorporar conceitos para ampliar o leque de leituras possíveis acerca das condições de possibilidade para a emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos em nosso país.

A partir do que é dito sobre a educação bilíngue de surdos, é imprescindível observar como determinados regimes discursivos produzem formas de vida surda no decurso histórico. Segundo Foucault (2014) o discurso pode ser conceituado como signos que se conectam a outros tantos discursos ou a outras tantas redes de discursos, em um sistema aberto que tanto registra quanto reproduz e estabelece os valores de determinada sociedade, perpetuando esses mesmos discursos. Portanto, não se trata de uma sequência lógica de frases e palavras dotadas de um significado *por si*, mas instrumentos de organização funcional, que pretendem estruturar determinados imaginários sociais.

Para isso, analiso os documentos legais que fundamentam a perspectiva de educação bilíngue de surdos. Fernandes e Moreira (2014) consideram, como premissa, uma perspectiva de educação bilíngue de surdos, que toma por base a língua, a cultura, os movimentos políticos, as práticas e as metodologias

desenvolvidas no ensino desses sujeitos. Müller *et al.* (2013) argumentam que considerar que a educação bilíngue de surdos parte de uma perspectiva que compreende a diferença enquanto marcador político e que situa as especificidades de sua aprendizagem a partir de uma constituição linguística singular, iniciada pela aprendizagem da Língua de Sinais.

Sob esse enfoque, acerca da educação dos sujeitos surdos, partilho da compreensão de que, a partir da perspectiva metodológica adotada,

[...] se quisermos adotar uma perspectiva foucaultiana, não devemos partir de conceitos, nem devemos nos preocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades e acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura – uma suposição que não faz o mínimo sentido nessa perspectiva. Muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras (Veiga-Neto, 2007, p. 19).

Com isso, atento-me às relações de poder e saber, pois, segundo Veiga-Neto, foi Foucault quem mostrou como as práticas e os saberes funcionam ao longo do tempo na fabricação da Modernidade ou no sujeito moderno, podendo ser pedagógicos ou não. Assim, localizo a pesquisa em uma leitura na qual são analisados os regimes de verdade organizados a partir de práticas discursivas que moldam as condições de possibilidade para a constituição da modalidade de educação bilíngue de surdos em nosso país. Sobre as diferenças fundamentais entre o que vem a ser a verdade, segundo Foucault, há uma possibilidade de verdade e o que ele designa como aquela verdade, que é aceita por uma determinada sociedade e que, por isso, interessa a algum grupo social específico. Esta, enquanto verdade oficial, não incomoda os interesses do *status quo* e é validada por diversas estratégias de disseminação do que é verdadeiro.

Para isso, o discurso constitui uma função produtiva, pois institui-se a partir de relações de poder que mobilizam determinadas práticas e que, assim, operam modos de constituição dos sujeitos (Meyer; Paraíso, 2012). Nesse aspecto, o sujeito é um efeito dos discursos, pois, aquilo que se produz discursivamente sobre determinada forma de vida, representa modos de sujeição e de significação política da conduta. E, em vista disso, para produzir novos olhares aos nossos problemas,

necessitamos “montar, desmontar e remontar o já dito” (Meyer; Paraíso, 2012, p. 35). Inspiramo-nos com as leituras e fazemos a “decomposição e recomposição ou desterritorialização e territorialização” (Meyer; Paraíso, 2012, p. 32) de nossa própria pesquisa.

Assim, questionar de modo reiterado o objeto de nossa análise permite que possamos pensar outras possibilidades analíticas, além de ampliar a compreensão de determinados regimes de verdade que moldam a concepção política da educação de surdos. Sobre a perspectiva política, podemos pensar como a educação de surdos tem sido marcada, no decurso histórico, por um viés de acessibilidade em detrimento de uma política linguística. Analisar as produções sobre as relações de poder inscritas na constituição de determinados saberes inscreve a pesquisa em um processo múltiplo de possibilidades analíticas.

A pesquisa se orienta pela perspectiva qualitativa, com enfoque na prática descritiva em relação aos objetivos e à análise documental. Para isso, foi necessário organizar um panorama de produções que pudessem investigar as condições de possibilidade para a emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos em nosso país. Segundo Silveira e Córdova (2009), a pesquisa compreende um processo permanente e inacabado que se dá por intermédio de aproximações com a realidade em vista de constituir meios para intervenções no real.

As pesquisas de cunho qualitativo são “[...] aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais” (Minayo, 2000, p. 48). A abordagem qualitativa tem uma relação dinâmica entre a objetividade e subjetividade, na qual o pesquisador é o elemento principal, uma vez que considera os processos e resultados de acordo com cada contexto, a partir de uma análise indutiva (Prodanov; Freitas, 2013).

Destacadas essas premissas e pressupostos da pesquisa, passo na sequência a desdobrar os aspectos metodológicos a partir do levantamento de estudos que se ocupam da educação bilíngue para surdos em nosso país.

3.2 DELINEANDO O OBJETO DE PESQUISA: A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

A fim de embasar a presente pesquisa, realizei uma busca em plataformas a partir dos descritores: “educação bilíngue para surdos”, “perspectiva linguística de educação de surdos” e “inclusão escolar de surdos”. Para iniciar a busca, delimito o período entre 2002 e 2021, justificado a partir do material de análise.

Na pesquisa na Scientific Electronic Library Online (SciELO), com o primeiro descritor foram encontrados 43 resultados; já, com o segundo descritor, foram encontrados 11; e, com o terceiro, foram encontrados 12. Para todos os resultados, fiz uma seleção, após a leitura de seus resumos, trazendo para a pesquisa aqueles trabalhos que dialogassem, em relação à fundamentação teórica, com a temática aqui abordada. Entre esses trabalhos, selecionei 8 do primeiro conjunto de resultados, 2 do segundo e 4 do terceiro.

Para sistematizar as pesquisas que encontrei nos bancos de teses e dissertações, as quais serão utilizadas nesta pesquisa como aporte bibliográfico, apresento-as nos quadros a seguir:

Quadro 2 – Scientific Electronic Library Online (SciELO) [2002 a 2022]

DESCRITORES/ PALAVRAS- CHAVE	NOME	O QUE TRATA	ANO DE PUBLICAÇÃO	PUBLICAÇÃO	Link
“Educação bilíngue para surdos”	LODI, Ana Claudia Balieiro.	Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto n.º 5626/05	2013	Artigo	https://www.scielo.br/j/ep/a/sr67CQpjymCWzBVhLmvVnKz/?lang=pt#
	CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira.	Em defesa da escola bilíngue para surdos : a história de lutas do movimento surdo brasileiro	2014	Dossiê	https://www.scielo.br/j/er/a/6KfHLbL5nN6MdTjd3FLxpJ/?lang=pt#
	NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lúcia; SILVA, Larissa Jorge; MIMESSI, Soraya D'Angelo.	Surdez e educação : escolas inclusivas e/ou bilíngues ?	2015	Artigo	https://www.scielo.br/j/pe/a/GK4bQcHj8pW5h6XnXkBpHDS/?lang=pt#

DESCRITORES/ PALAVRAS- CHAVE	NOME	O QUE TRATA	ANO DE PUBLICAÇÃO	PUBLICAÇÃO	Link
"Educação bilíngue para surdos"	MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira.	Educação de Surdos e Proposta Bilíngue : ativação de novos saberes sob a ótica da filosofia da diferença	2016	Seção temática	https://www.scielo.br/j/edreal/a/NBwDxgphrKP59qV5BJ6FrCD/?lang=pt#
	VIEIRA- MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini.	A Constituição de uma Educação Bilíngue e a Formação dos Professores de Surdos	2016	Seção temática	https://www.scielo.br/j/edreal/a/vWtNJcm73rhy3Q8Mj9Gb4R/?lang=pt#
	THOMA, Adriana da Silva.	Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governamento	2016	Seção temática	https://www.scielo.br/j/edreal/a/9VHZBTPwBKYdpmHCLZWwqz/?lang=pt#
	LOPES, Sonia de Castro; FREITAS, Geise de Moura.	A construção do projeto bilíngue para surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos na década de 1990	2016	Estudos	https://www.scielo.br/j/rbeped/a/5q9mgFrzMcmVxwrLRdBCZGf/?lang=pt#
	MORAIS, Mariana Peres de; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira.	Educação bilíngue inclusiva para surdos como espaço de resistência	2020	Artigo	https://www.scielo.br/j/pp/a/7wZPwHzwnLHzrf9jmFQtQGP/?lang=pt#
"Perspectiva linguística de educação de surdos"	WITCHS, Pedro Henrique.	A SITUAÇÃO MINORITÁRIA DOS SURDOS E SUA VULNERABILIDADE LINGUÍSTICA NA EDUCAÇÃO	2021	Artigo	https://www.scielo.br/j/ccedes/a/vSMv7BkhMg4ySzGpLqykDFr/?lang=pt#
	FAVORITO, Wilma; SILVA, Ivani Rodrigues.	A busca, o encontro, o caleidoscópio: Novas perspectivas para uma educação linguística ampliada para surdos	2022	Artigo	https://www.scielo.br/j/delta/a/4kpGg7Jh9sBkW5NkfCTNjZq/?lang=pt#

DESCRITORES/ PALAVRAS- CHAVE	NOME	O QUE TRATA	ANO DE PUBLICAÇÃO	PUBLICAÇÃO	Link
"Inclusão escolar de surdos"	LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de.	O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo	2007	Relato de pesquisa	https://www.scielo.br/j/rbee/a/s6JWTqnb95kYHy38HY6SXLb/?lang=pt#
	ASPILICUETA, Patricia; LEITE, Carla Delani; ROSA, Emileine Cristine Mathias; CRUZ, Gilmar de Carvalho.	A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos : ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte	2013	Relato de pesquisa	https://www.scielo.br/j/rbee/a/cPtBW68ydDJWh9vmvb7YDHJ/?lang=pt#
	SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique; SILVA, Renata Carolina da.	Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes	2014	Artigo	https://www.scielo.br/j/pee/a/RjBWLPcthPxmLwyJjxhRVBH/?lang=pt
	SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique.	Libras na educação de surdos : o que dizem os profissionais da escola?	2016	Artigo	https://www.scielo.br/j/pee/a/fHBjNHSPPFZVQwbXJwS4Qqg/?lang=pt#

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na pesquisa no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), usando os mesmos descritores, apenas modifiquei a colocação das aspas, para selecionar mais especificamente os resultados desejados. Com o primeiro descritor foram encontrados 106 resultados. Já, com o segundo descritor, não encontrei nenhum resultado, assim modifiquei a pesquisa para "linguística de educação de surdos", ao que encontrei 3 resultados. Por fim, com o terceiro descritor encontrei 23 resultados. O mesmo procedimento foi aplicado a esse conjunto, cujos trabalhos selecionados se encontram nos quadros a seguir

Para sistematizar as pesquisas encontradas nos bancos de teses e dissertações, as quais serão utilizadas nesta pesquisa como aporte bibliográfico, apresento-as nos quadros a seguir:

Quadro 3 – Base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) [2002 a 2022]

DESCRITORES/ PALAVRAS- CHAVE	NOME	O QUE TRATA	ANO DE PUBLICAÇÃO	PUBLICAÇÃO	Link
“Educação bilíngue para surdos”	SOUZA, Camila Ramos Franco de.	Educação bilíngue para surdos: análise de práticas pedagógicas	2013	Tese	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16092
	FERNANDES, Sueli de Fátima.	Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios	2013	Tese	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193718
	BOSCO, Daniella Cristina.	Educação bilíngue para surdos: práticas discursivas em tempos de inclusão	2014	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187723
	STÜRMER, Ingrid Ertel.	Educação bilíngue: discursos que produzem a educação de surdos no Brasil	2014	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190803
	MORAIS, Mônica Zavacki de.	A emergência das políticas de educação bilíngue para surdos no Brasil na racionalidade inclusiva	2015	Tese	https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3501
“Perspectiva linguística de educação de surdos”	WITCHS, Pedro Henrique.	Governo linguístico em educação de surdos: práticas de produção do Surdus mundi no século XX	2018	Tese	http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6926
“Inclusão escolar de surdos”	VIEIRA, Francileide Batista de Almeida.	O aluno surdo em classe regular: concepções e práticas dos professores	2008	Dissertação	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14208
	MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira.	Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re)criações do sujeito	2008	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190439

DESCRITORES/ PALAVRAS- CHAVE	NOME	O QUE TRATA	ANO DE PUBLICAÇÃO	PUBLICAÇÃO	Link
"Inclusão escolar de surdos"	SCHUBERT, Silvana Elisa de Morais.	Políticas públicas e os sentidos e significados atribuídos pelos educandos surdos ao intérprete de língua de sinais brasileira	2012	Dissertação	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190788
	EYNG, Daline Backes.	A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto de vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes	2012	Dissertação	https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1493
	REIS, Elisa Helena Meleti.	O surdo na perspectiva inclusiva : acesso, permanência e êxito no ensino (?)	2019	Tese	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/225216

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As pesquisas aqui listadas serão tomadas como referência de diálogo e interlocução, uma vez que as discussões realizadas nesses trabalhos embasam minhas incursões analíticas. Com isso, desenvolvo a contextualização de elementos que marcam historicamente processos da educação que permitem que relações possam ser estabelecidas entre as pesquisas já realizadas à problemática aqui apresentada. Não objetivo desenvolver um resumo de todas as produções selecionadas, mas ressalto que elas contemplam o referencial teórico e analítico no refinamento de elementos centrais do presente estudo.

Para trazer a contextualização dessas pesquisas, elaboradas a partir de três descritores, trago, como forma de justificar o uso dos autores, sua relevância para a elaboração conceitual deste trabalho. Início pelo descritor "Educação bilíngue para surdos", cujas pesquisas corroboram a descrição do que se caracteriza como educação bilíngue. Lodi (2013) traz os diferentes sentidos de educação bilíngue e de inclusão na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto nº 5.626/05, e, à luz da teoria discursivo-enunciativa de Bakhtin, Campello e Rezende (2014), entende que a produção de uma política legítima para a educação dos surdos deveria ser permeada pelas necessidades e

anseios dos alunos e suas lutas em relação aos objetivos dos surdos em adquirir Identidade Linguística. Nunes, Saia, Silva e Mimessi (2015), em seu estudo, debatem as questões que envolvem a escolarização do sujeito surdo, contribuindo para as propostas sobre a educação de surdos. Martins, Vieira-Machado e Lopes (2016), nos estudos que desenvolvem, problematizam a educação inclusiva e os discursos sobre a surdez pautados na lógica da mesmidade, que apaga a diferença surda. Thoma (2016) demonstra como a população escolar surda vem sendo subjetivada, normalizada e conduzida para uma participação ativa e produtiva no mundo contemporâneo. Lopes e Freitas (2016) investigam as ações protagonizadas por agentes escolares que queriam reconceitualizar as visões sobre a surdez e os surdos, retirando-os da esfera da deficiência e apostando em um modelo socioantropológico de educação de surdos. Morais e Martins (2020) desenvolvem uma reflexão sobre os conceitos de bilinguismo para surdos, as práticas escolares atuais e os movimentos de resistência das comunidades surdas contra o “modelo geral” imposto pela política de inclusão, que centraliza a educação pela ação da língua oral: a Língua Portuguesa.

Souza (2013) faz uma análise de práticas pedagógicas aplicadas à educação de surdos. Fernandes (2013) investiga em que bases teórico-metodológicas estão assentadas as experiências de ensino de Português como segunda língua para surdos. Bosco (2014) analisa as contribuições das práticas discursivas na constituição de sujeitos bilíngues, em dois espaços educacionais: uma escola inclusiva com proposição bilíngue e uma escola bilíngue para surdos. Stürmer (2014) analisa discursos que produzem e colocam em funcionamento a educação bilíngue para surdos, no sentido de compreender em que momento histórico e político passamos a investir em políticas de educação bilíngue para surdos no Brasil. Morais (2015) analisa como emergem os discursos sobre a educação bilíngue para surdos como condição de possibilidade para a inclusão dos sujeitos. Esses autores me auxiliam na compreensão de discursos e análises que abordam, em nosso presente, sobre a educação bilíngue de surdos. Efetivamente, deve-se olhar para as transformações ao longo do tempo, com base em leis conquistadas pela comunidade surda, refletindo-se em direitos educacionais e levando-se em conta as experiências e as práticas de ensino na

educação bilíngue de surdos. Isso em consonância com a constituição política de um sujeito cultural e linguístico que demarca a surdez como uma condição socio-antropológica.

O segundo descritor, “Perspectiva linguística de educação de surdos”, é apresentado nas pesquisas com diversos objetivos. Witches (2021) tem como objetivo discutir a surdez como uma experiência que constitui sujeitos de uma minoria linguística nos limites do Estado nacional. Favorito (2022) focaliza o percurso acadêmico de duas estudiosas do campo da educação bi/multilíngue de surdos, destacando em especial a relevância das contribuições da professora, orientadora e pesquisadora, Marilda Cavalcanti, e seu significativo papel nas reflexões sobre contextos sociolinguisticamente complexos constituídos por minorias linguísticas ou minoritizadas. Em outro estudo, Witches (2018) analisa modos pelos quais os surdos são linguisticamente conduzidos. Com essas pesquisas atento para a minoria linguística e os processos que englobam esse grupo na defesa de sua língua natural.

Com o terceiro descritor, “Inclusão escolar de surdos”, os objetivos trazidos pelos autores corroboram meu texto. Lacerda (2007) focaliza uma experiência de inclusão de um aluno surdo em escola regular, com a presença de intérprete de Língua de Sinais, e avalia aspectos dessa experiência do ponto de vista dos alunos implicados na atividade. Aspilicueta, Leite, Rosa e Cruz (2013) analisam a linguagem utilizada por e com alunos surdos em contexto inclusivo, focalizando ambientes escolares distintos. Silva, Silva e Silva (2014) analisam relatos sobre as estratégias pedagógicas docentes vivenciadas pelos participantes, bem como as expectativas dos estudantes com relação a seus processos de escolarização. Silva e Silva (2016) investigam o que os profissionais da escola dizem sobre o papel da Língua de Sinais. Vieira (2008) analisa as concepções das professoras participantes acerca da inclusão escolar de alunos surdos e sua relação com a prática pedagógica desenvolvida frente a esses educandos em classes regulares. Martins (2008) desloca a análise da atuação, usualmente técnica, do intérprete educacional, na inclusão escolar de surdos no Ensino Superior. Schubert (2008) estuda as políticas públicas que incluem, no ambiente educacional, o surdo, a Libras e o intérprete de Língua de Sinais Brasileira, bem como os sentidos e

significados atribuídos pelos educandos surdos ao intérprete de Libras, tendo como base o nível superior de ensino. Eyng (2012) apresenta a prática de inclusão de surdos, matriculados no ensino regular do município de Medianeira/PR, sob a percepção de professores, intérpretes, familiares e alunos surdos, além de apontar sugestões desses grupos para a melhoria desse processo. Reis (2019) investiga e analisa a execução da implementação das políticas públicas na perspectiva inclusiva dos surdos, em um município do interior paulista, especificamente na rede regular de ensino público estadual.

Sobre a inclusão, as pesquisas contribuíram com reflexões acerca dos movimentos distintos de educação, da sala de aula comum com a perspectiva da presença de intérpretes e a escola bilíngue de surdos, no viés de professores proficientes linguisticamente e que desenvolvem metodologias para o ensino de alunos surdos. Essas reflexões não partem apenas da minha prática como professora de surdos, docente em uma instituição para surdos e intérprete de libras, mas das pesquisas que aqui apresento e desenvolvo neste estudo.

Essas pesquisas entrarão em diálogo no decorrer da escrita, nas questões que marcam práticas e processos históricos de educação relacionados com a perspectiva política e linguística da educação de surdos em nosso país.

3.3 AS LENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: MODOS DE INVESTIGAÇÃO

[...] numa inversão direta de denominações, os discursos, os documentos, serão tomados enquanto monumentos. Porém, dizer isto não é o bastante. Ser encarado como monumento significa dizer que o discurso (o documento) será passível de ser desmontado em busca de unidades coerentes menores que possam, estas sim, nos facultar possibilidades finitas de construções mentais referentes ao período sobre o qual nos debruçamos (Lopes, 2004, p. 141-142).

Ao buscar Foucault para a pesquisa, reconheço que transito em um território que exige cautela. Contudo, por haver escolhido me aproximar das teorizações desenvolvidas pelo autor para esta investigação, utilizo seus conceitos como ferramentas que possibilitam desenvolver a presente pesquisa.

Sob o enfoque teórico assumido, analiso o documento como monumento e, nesse movimento analítico, olho para a materialidade dos documentos que compõem o *corpus* da pesquisa considerando aquilo que o texto produz, a partir de determinado regime discursivo. Trata-se de conhecer e compreender aquilo sobre o qual nos debruçamos, analisar os símbolos, a lógica de uma época, a normativa de determinadas práticas, para, assim, compreender e problematizar os efeitos de significados sociais, políticos e culturais produzidos. Dessa maneira, compreendo que os sujeitos são produzidos por meio de relações de poder-saber estabelecidas no processo de instituição e de promoção das práticas pedagógicas.

Na obra de Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, o conceito de monumento está relacionado a uma postura arqueológica, no que se refere aos discursos. Para Foucault (2007), o pesquisador é uma espécie de arqueólogo do saber, de modo que a investigação se dá na busca profunda do subsolo, do não dito, do ignorado, do sagrado, das unidades profundas, a fim de desconstruir os efeitos da superfície. Sob esse prisma, o discurso compreende,

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (Foucault, 2007, p. 132-133).

A partir de um investimento arqueológico, o discurso passa a ser assumido sem a obrigatoriedade de respeitar uma unidade de séries externas para ser entendido. No entanto, carrega em si fundamentos com os quais desenvolve uma nova série. Nesse viés, a leitura do documento, enquanto monumento, dá-se mediante duas possibilidades: a busca por evitar reduções de sentido e a tentativa de não assumir como verdade absoluta determinados regimes discursivos.

Para Foucault (2007), o documento, seja ele de que natureza for, perdeu a ingenuidade, tornou-se monumento e passou a ser alvo de uma crítica que o impede de ser um veículo natural da verdade do passado. Nesse movimento, cabe destacar que não tomo tal escolha metodológica como a possibilidade que busca uma pista da verdade absoluta, na postura investigativa; o que pretendo é

compreender como determinadas práticas são mobilizadas a partir de um regime discursivo. Não se trata, portanto, de olhar para aquilo que o texto poderia trazer de modo subentendido, mas da compreensão de que os discursos instituem determinadas verdades em condições históricas, políticas e sociais específicas. Isso, por sua vez, mobiliza formas de condução das condutas e de constituição de subjetividades inscritas em uma dada racionalidade.

Tal postura requer cautela do pesquisador, pois, segundo Veiga-Neto (2007), Foucault constitui-se num autor de difícil sistematização. Na presente pesquisa, ao analisar o documento como monumento, entendo que é necessário previamente saber que, ao adentrar em determinada textualidade, a sua materialidade passa a ser analisada considerando as condições históricas, sociais, políticas e culturais distintas. Esse investimento propicia um caminho metodológico, na pesquisa, que mobiliza o olhar para a perspectiva arqueológica.

Em seus estudos, Foucault incita o olhar considerando que o mais importante é ler o texto externamente, analisando-o como um monumento posto, dado, sem finalidade de investigar aquilo que pode estar por trás de determinados enunciados. Para o pensador francês, é necessário atentar-se ao seu exterior, assim como quando observamos um monumento, em vista da análise das formações discursivas. A ideia de uma abordagem como monumento se dá porque os documentos devem ser vistos na sua exterioridade e como artefatos de seu tempo – tal como um monumento em um museu ou sítio arqueológico. O que diferencia a análise discursiva de Foucault para as demais é a noção de que não há nada “por detrás”, dito de outra forma, se “retirarmos as máscaras” dos sujeitos, não encontraremos nada, pois tudo ocorre no nível do visível e do enunciável.

Para tanto, como materialidade de pesquisa, selecionei documentos que me auxiliam a tensionar e analisar as condições de emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos em nosso país. Tais documentos são apresentados no quadro que segue:

Quadro 4 – Documentos norteadores e legislações

Documento	Ano	Assunto	Instituição	Disponível em:
Lei n.º 10.436 (Brasil, 2002) - Reconhecimento da Libras	2002	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação entre as pessoas surdas.	MEC	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm
Decreto n.º 5.626 (Brasil, 2005) - regulamenta a Lei n.º 10.436/2002	2005	Regulamenta a Lei que reconhece a Libras, inclui a Libras como disciplina no currículo, dispõe sobre a formação do professor de libras e do intérprete de libras, uso e difusão da língua, entre outras questões.	MEC	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008)	2008	O documento faz uma contextualização dos marcos históricos da educação especial no Brasil, trazendo novo foco para a educação inclusiva a partir do ingresso, acesso e permanência de todos na escola e objetivando a superação de práticas discriminatórias. Também apresenta dados de matrículas na educação especial.	MEC	http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf
Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 - LBI Lei Brasileira da Inclusão LBI	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	Congresso Nacional	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014	2014 - 2024	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.	Congresso Nacional	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021	2021	Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.	Congresso Nacional	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A escolha desses materiais buscou contemplar documentos orientadores da educação de surdos no Brasil, considerando-se, para tal, a educação bilíngue de surdos, a Libras e a política linguística para a educação de surdos em uma perspectiva de inclusão escolar. Dentre os documentos selecionados, destaco que diversas regulamentações contemplam questões linguísticas específicas dos sujeitos surdos. Esses documentos foram escolhidos por marcarem dois momentos históricos dos movimentos surdos: o primeiro, a Lei n.º 10.436 de 2002, que reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade

surda em nosso país e, o último, a Lei n.º 14.191 de 3 de agosto de 2021, que institui a modalidade de educação bilíngue para o ensino de surdos no Brasil. Esses documentos marcam um interstício histórico de, aproximadamente, 20 anos, no qual são operadas práticas distintas – tanto no campo das políticas públicas, quanto nas pautas de lutas pelos direitos das pessoas surdas –, naquilo que compreende a modalidade de educação bilíngue dessa comunidade.

Os materiais apresentados compõem o *corpus* analítico da pesquisa, aqui analisados a partir da perspectiva do documento como monumento, olhando-se para a sua materialidade e como fonte que o material produz a partir de um regime discursivo. Além deles, torna-se necessário atentar para as condições de sua homologação, considerando contextos históricos e políticos. Destacados os aspectos metodológicos da pesquisa, na sequência passo a dissertar sobre a perspectiva linguística da educação de surdos em nosso país.

4 A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM NOSSO PAÍS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Neste capítulo, desenvolvo a análise da perspectiva linguística para a educação de surdos em nosso país nas últimas décadas. Desdobro o capítulo em duas seções, na primeira, abordo a perspectiva linguística da educação de surdos no cenário nacional e faço uma retomada histórica dos movimentos da comunidade surda sobre a educação bilíngue de surdos no Brasil.

Na seção seguinte, trago a educação bilíngue de surdos, a fim de analisar a perspectiva linguística nas últimas décadas, olhando para os discursos que geram outros significados na organização da educação desses sujeitos, dando destaque a discussões que localizam a surdez em uma perspectiva socioantropológica.

4.1 A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA RETOMADA HISTÓRICA

[...] percebemos que se, por um lado, o processo histórico traz consigo fatos que expressam morosidade nos avanços inerentes ao processo educacional da pessoa surda, por outro lado, o processo de inclusão está posto, surgindo com isso novos desafios (Sales, 2013, p. 31).

Para compreender a educação de surdos, em uma perspectiva linguística em nosso país, torna-se relevante retomar os movimentos surdos ocorridos nas últimas décadas. Segundo Moura (2000), por muito tempo estudiosos pensavam que o sujeito surdo era incapaz de responder por seus atos e não poderia ser educado. No século IV a.C., Aristóteles considerou a linguagem como uma condição humana inerente ao homem. Nesse ponto de vista, os sujeitos surdos eram considerados não humanos por não se comunicarem por meio da linguagem oral, e, portanto, caracterizados como incapazes de comunicação.

Na Idade Média, essa visão do surdo como incapaz ainda permanecia, segundo uma perspectiva cristã, as pessoas com deficiência e os sujeitos surdos eram discriminados, ora por carregarem um estigma mitológico do castigo divino, ora por comprometerem a normatividade estabelecida. A justificativa pautava-se

no argumento de que o homem foi criado “à imagem e semelhança de Deus”, portanto, aqueles que não se enquadravam em determinado molde, eram marginalizados. Até o século XV, os sujeitos surdos eram representados como pessoas ineducáveis. A partir do século XVI, essa visão começou a ser ressignificada, em vista dos investimentos de alguns pesquisadores, como Pedro Ponce de León, Juan Pablo Bonet e John Bulwer (Carvalho, 2007).

Em meados do século XVIII, Charles Michel de l'Épée reconheceu que a língua gestual fazia parte da vida dos surdos. Ele contribuiu para a comunidade surda criando uma filosofia manualista, chamada na época de “sinais metódicos”, e oralista. Conforme destaca Gremión (1998, p. 47), foi a primeira vez na história registrada que a comunidade surda teve afirmado o direito de se comunicar na língua natural/materna, a Língua de Sinais.

Em 1855, o ensino de surdos no Brasil passou a ser mobilizado com a chegada do educador francês Hernest Huet. Ele, juntamente com o imperador D. Pedro II, fundou, em 1857, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, por intermédio da Lei n.º 939, de 26 de setembro de 1857. Esse local hoje é nomeado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), está localizado no Rio de Janeiro e congrega diferentes movimentos na defesa da educação bilíngue de surdos.

Imagem 2 – Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)



Fonte: Arquivo Nacional.

O ensino da Língua de Sinais por Huet teve influência da escola francesa, inclusive o alfabeto manual que utilizamos hoje em dia, é muito semelhante ao do país europeu. No ano de 1880, a comunidade surda foi impactada pelo Congresso de Milão. Nesse Congresso, decretou-se que os surdos deveriam ser ensinados por meio do oralismo. O Brasil e outros tantos países acabaram aderindo por conta da influência dos países europeus e o desejo de se igualar em suas práticas e valores; compreendia-se, assim, o método com leitura labial como o mais indicado para educar as pessoas surdas. Apesar de a maioria dos surdos manter a comunicação, clandestinamente, por meio de línguas de sinais, o referido Decreto impactou negativamente na difusão das línguas gestuais.

A seguir, trago a imagem de uma história em quadrinhos que representa uma crítica sobre esse movimento político de investimento na normalização dos sujeitos surdos para a oralização.

Imagem 3 – História em quadrinhos sobre o Congresso de Milão¹



Fonte: Obra da Profa. Dra. Kelly Priscilla Lóddo Cezar e Luiz Gustavo Paulino de Almeida².

¹ Essa história em quadrinhos bilíngue para surdos retrata a opressão sofrida mundialmente pela comunidade surda desde que o *Congresso de Milão* (1880-1980) proibiu as línguas de sinais. O personagem Marcelo, surdo sinalizante de Língua Brasileira de Sinais (Libras), demonstra, na atualidade, que a forma de conceber o mundo está nos olhos de quem vê e evidencia a dificuldade de comunicação pela modalidade oral (línguas dominantes). No entanto, encontra em um *shopping* uma colega ouvinte que se comunica em Libras e o direciona para uma palestra que irá contar sobre esse período de opressão. O personagem adentra a época narrada e perpassa as principais épocas históricas até retornar aos tempos atuais, finalizando com o destaque da importância de se comunicar pela Língua de Sinais, visto que é por meio dela que a comunidade surda tem o conhecimento em suas mãos.

² Disponível em: <https://www.libras.com.br/congresso-de-milao>. Acesso em: 11 nov. 2023.

O Congresso de Milão foi organizado por oralistas, crentes que seu método era o melhor e que suas proposições eram as únicas a serem seguidas, no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos. As decisões, tomadas no Congresso de Milão, em geral proibiram o uso da linguagem gestual, sendo o oralismo compreendido como filosofia de desenvolvimento e de comunicação dos sujeitos surdos.

Com o Congresso de Milão, a interação natural na educação dos surdos – com a linguagem gestual predominando e a presença do professor surdo na educação de surdos – passa a ser inscrita em uma ordem normativa dos sujeitos ouvintes. Para Witches (2018), o Congresso é um marco histórico para a comunidade surda e seu acontecimento modificou a educação de surdos em diversos aspectos, sendo o mais evidente a aproximação da saúde e da educação, no sentido de aprimorar técnicas de recuperação da audição, evidenciando aspectos científico/clínicos e não educacionais.

Segundo Lacerda (1998), o oralismo tem como seu fundador Heinicke, criador de uma metodologia que ficou conhecida como “método alemão”. A defesa dessa perspectiva compreende que somente por meio da língua oral é que o pensamento pode se desenvolver, pois a forma escrita da língua vinha em segundo plano, na sequência do desenvolvimento da língua oral. Usar a língua gestual era ir contra o progresso dos alunos, que deveriam falar como as demais pessoas da sociedade. Conforme Lacerda (1998), no Congresso de Milão, a Língua de Sinais foi quase que banida como comunicação. Um opositor a essa ideia foi Thomas Hopkins Gallaudet, que havia desenvolvido um trabalho nos Estados Unidos no qual utilizava sinais de forma metodológica baseado no método do Abade De l'Épée³.

Depois do Congresso, o oralismo configurou-se como prática de ensino de surdos ao longo de mais de um século, no entanto os resultados não apresentaram sucesso, pois surdos profundos não se desenvolveram como esperado. A autora ainda traz que muitos estudos apresentaram que o método oralista deixou um cenário em que havia surdos pouco preparados para o convívio social, dificuldades

³ De l'Épée desenvolveu um método sistemático para ensinar pessoas com deficiência auditiva e um alfabeto manual, dando-lhe o nome de Língua de Sinais Francesa, que foi adaptado para a Língua de Sinais Americana décadas depois de sua morte.

de comunicação, tanto da forma oral quanto da escrita, evidenciando o fracasso do método defendido no Congresso de Milão.

Novas propostas foram surgindo a partir da década de 1950, mas foi nos anos 1970 que se efetivou o desenvolvimento da perspectiva da Comunicação Total. Esse método envolvia a leitura orofacial, uso de sinais, alfabeto digital ou manual, enfim, o surdo poderia usar o que fosse preciso e significativo para si, no processo de sua comunicação. O objetivo desse método era que a criança surda pudesse se fazer entender, bem como conseguir se comunicar com a família, professores e sociedade em geral.

Em 1971, no Congresso Mundial de Surdos, realizado em Paris, foram apontados diversos estudos e pesquisas, desenvolvidos majoritariamente na Universidade de Gallaudet, sobre a Comunicação Total. Segundo Lacerda (1998) e Witches (2018), a abordagem da Comunicação Total compreendia a combinação de diferentes formas de comunicação, com a finalidade de desenvolver a criança surda. Nesse prisma, misturava-se a sinalização e a oralização, na tentativa de se promover algum tipo de comunicação. O sujeito surdo passou a ser compreendido de forma diferente do que os oralistas pensavam: ele não era apenas visto como alguém dotado de uma condição de não-audição a ser tratada/reabilitada, mas a surdez era uma marca que repercutia nas relações sociais e no seu desenvolvimento afetivo e cognitivo.

Os resultados desse método, ao longo do tempo, foram sendo observados e, em relação ao oralismo, ele se apresentou mais promissor, mesmo tendo dificuldades em outros contextos da vida do educando. Nesse método, os sinais exerciam uma função secundária, de apoio à fala oral ou aos gestos utilizados para a comunicação. Os sinais não eram explorados ou incentivados, apenas faziam parte da comunicação como ferramenta de apoio, mas o avanço já era maior do que no método oral. Nessa perspectiva, os surdos tinham acesso aos sinais, um passo a mais no caminho para a educação bilíngue.

O que a comunicação total favoreceu de maneira efetiva foi o contato com sinais, que era proibido pelo oralismo, e esse contato propiciou que os surdos se dispusessem à aprendizagem das línguas de sinais, externamente ao trabalho escolar. Essas línguas são frequentemente usadas entre os alunos, enquanto na relação com o professor é usado um misto de língua oral com sinais (Lacerda, 1998, p. 34).

A Comunicação Total teve como objetivo criar a possibilidade de desenvolver uma comunicação razoável com as pessoas ouvintes. Ainda assim, muitos surdos não se desenvolveram bem em alguns aspectos como a oralização e/ou a sinalização. Entretanto, verificou-se que, mesmo com algumas lacunas, a perspectiva da Comunicação Total favoreceu o contato com os sinais, o que antes era realizado de forma clandestina pelos surdos.

A Comunicação Total fez surgir estudos sobre as línguas de sinais, que se converteram em alternativas educacionais, vislumbrando a educação bilíngue de surdos, na defesa de que a Língua de Sinais é natural dos sujeitos surdos. A educação bilíngue é contrária à ideia da educação oralista, pois considera o canal visuogestual de mais importância no processo de comunicação. A proposta da educação bilíngue defende a ideia de que a Língua de Sinais é a língua natural dos surdos, que, mesmo sem ouvir, podem desenvolver plenamente uma língua visual-gestual. Para Quadros (1997, p. 27):

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito.

A educação bilíngue para surdos estrutura-se em uma perspectiva que se propõe ao ensino das duas línguas de forma concomitante, a Língua de Sinais e a língua oral. Imprime a necessidade de exposição do sujeito surdo o mais breve possível no contato com as línguas, reforçando processos e práticas de interação linguística, para que assim possam desenvolver a língua entre seus pares.

Góes e Tartuci (2002) e Lacerda (2006) relatam a necessidade de inclusão de alunos surdos tendo como princípio a sua língua, no que diz respeito à necessidade de seu desenvolvimento. Em específico, no que diz respeito ao direito de conviver com ouvintes e seus pares surdos na escola. Dessa forma, o aluno surdo é convocado a participar ativamente das propostas escolares, desenvolvendo habilidades e conhecimentos proporcionados a partir de sua língua; trata-se de um processo inclusivo que pode ser reconhecido como exitoso a partir de sua competência em Língua de Sinais (Fernandes, 2006; Lacerda;

Santos, 2013; Lodi, 2004). Com essas práticas dialógicas, o desenvolvimento de língua e de linguagem são promovidos.

A competência em Língua de Sinais da criança surda muitas vezes é alcançada, principalmente no ambiente escolar, em interação com seus pares surdos, e juntamente com a participação das famílias. O cenário linguístico favorável a interações comunicacionais é fundamental no desenvolvimento da língua e no aprimoramento linguístico da criança surda.

Estudos sobre línguas de sinais ampliaram-se, o que mobilizou a produção de outras metodologias educacionais pautadas na perspectiva da educação bilíngue. Essa proposta defende a ideia de que a Língua de Sinais é a língua “[...] natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua” e “[...] a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito” (Quadros, 1997, p. 27).

Através da retrospectiva de alguns movimentos na história da educação de surdos, podemos perceber como a comunidade surda passou a ser alvo de múltiplas concepções de comunicação. Do Oralismo à Comunicação Total e ao Bilinguismo, importantes movimentos políticos de afirmação linguística mobilizaram a comunidade surda, tanto em nosso país como no contexto internacional. Esses movimentos, além da perspectiva linguística, passam a compreender a surdez segundo enquadramentos políticos e culturais distintos, desde um enquadramento de normalização até um olhar pelo viés cultural, a perpassar práticas historicamente situadas em regimes discursivos variados.

4.2 O RIO GRANDE DO SUL NA MOVIMENTAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Como pesquisadora e profissional que atua na educação de surdos no Rio Grande do Sul, trago fatos que movimentaram a história da educação de surdos em nosso estado, e que até hoje repercutem em meio às pesquisas e grupos acadêmicos das instituições que abordam a educação de surdos. Um desses marcos relevantes para a educação dos surdos foi a realização do V Congresso

Latino Americano de Educação Bilíngue para surdos em Porto Alegre, na UFRGS, entre 20 e 24 de abril de 1999. Esse Congresso marcou politicamente a reivindicação da comunidade surda acerca dos processos e práticas educacionais, destacando-se a elaboração do documento *A educação que nós Surdos queremos*, entregue às autoridades educacionais do estado do Rio Grande do Sul. Para marcar esse movimento, e trazer para mais próximo os acontecimentos históricos de nosso estado, coletei uma série de fotografias do repositório pessoal de uma das intérpretes da própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde desenvolvo a presente pesquisa.

Imagem 4 – Entrega do documento elaborado pela comunidade⁴



Fonte: Arquivo pessoal da intérprete Ângela Russo (1999).

O evento foi organizado pelo Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), da Faculdade de Educação da UFRGS. Tal movimento contribuiu à construção de políticas públicas para surdos e algumas de suas iniciativas foram fundamentais para a ampliação do acesso à educação dos surdos.

⁴ A entrega do documento pela (FENEIS) para a secretária da Educação do período.

Imagem 5 – Passeata durante pré-Congresso⁵



Fonte: Arquivo pessoal da intérprete Ângela Russo (1999).

Segundo Silveira (2022), esse Congresso foi marcado por movimentos relevantes, como o Pré-Congresso, no qual se elaborou o documento anteriormente referenciado e houve uma passeata até a sede do governo do estado do RS para a entrega do documento às autoridades. O evento foi muito importante para o fortalecimento do movimento da comunidade surda e de todos que viviam aquele momento.

Imagem 6 – Notícia publicada no jornal Correio do Povo de Porto Alegre/RS, em 24 de abril de 1999



Fonte: Silveira (2022, p. 51).

⁵ Passeata realizada para levar, ao Palácio Piratini, sede do governo do RS, o documento *A educação que nós surdos queremos*, elaborado antes do evento.

Imagem 7 – Comunidade surda no Palácio Piratini⁶



Fonte: Arquivo pessoal da intérprete Ângela Russo.

As marcas desse movimento, do final da década de 1990, reverberam na educação de surdos brasileira. Destaca-se, a partir do documento e da mobilização dos surdos, o protagonismo da comunidade surda na busca pela legitimação de direitos sociais, como a comunicação em Libras e a garantia de processos educacionais que contemplem a especificidade cultural surda.

Esses movimentos políticos da comunidade surda refletem-se na conjuntura legal de nosso país. Com isso, em 2002, a Lei n.º 10.436 passou a reconhecer a Libras como meio legal de comunicação da comunidade surda. A referida Lei promove, no cenário nacional, uma reconfiguração das práticas que englobam os sujeitos surdos, acompanhada da promulgação do Decreto n.º 5.626, que regulamenta a referida Lei e inclui a Libras como componente curricular obrigatório dos cursos de formação de professores. Além disso, o Decreto dispõe sobre a formação do professor de surdos e do intérprete de Libras, do uso e difusão dessa língua, entre outras questões. O Decreto configura uma perspectiva bilíngue de educação das pessoas surdas pela utilização da Libras no contexto educativo e o registro na Língua Portuguesa.

Para compreender a política linguística na educação de surdos, torna-se necessário contextualizá-la ao longo da história e os modos pelos quais os sujeitos surdos são produzidos. Segundo Louis'-Jean Calvet (2007), a política linguística

⁶ Na sacada do Palácio Piratini, comunidade surda comemora a entrega do documento às autoridades do governo. O governador Olívio Dutra usa uma camiseta da passeata.

requer um planejamento linguístico, que infere na sua implementação. Ela objetiva escolhas conscientes entre línguas e a vida social de cada pessoa ou grupo, cabendo ao Estado acionar mecanismos que efetivem condições para colocar em prática tais escolhas. O Estado, como parte importante para a legitimação das políticas linguísticas, tem um papel fundamental para a institucionalização de uma língua, pois

A partir do momento em que um Estado se preocupa em administrar sua situação linguística, apresenta-se o problema de saber quais meios ele dispõe para isso. Como intervir na forma das línguas? Como modificar as relações entre as línguas? Quais os processos que permitem passar de uma política linguística, estágio de escolhas gerais, ao estágio da implementação, do planejamento linguístico? (Calvet, 2007, p. 62).

Segundo Calvet (2007, p. 73), não é possível falar de política linguística sem falar de planejamento linguístico, pois é por meio de planejamento que se condiciona a demarcação da política linguística, uma vez que, “o planejamento linguístico agirá sobre o ambiente, para intervir no peso das línguas, na sua presença simbólica”. O autor compreende que qualquer grupo pode elaborar uma política linguística, porém “[...] apenas o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas” (Calvet, 2007, p. 20-21).

Isso imprime uma leitura de que as escolhas políticas não são neutras, invariavelmente articuladas a relações de poder historicamente instituídas por regimes de verdade. As discussões de Calvet (2007, p. 68) nos mobilizam a pensar sobre uma política linguística que se encaminha “[...] do ‘*in vivo*’ para o ‘*in vitro*’”. A gestão política linguística do *in vivo* refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente” (Calvet, 2007, p. 69). Nessa política, podemos compreender a criação de línguas aproximativas, de línguas inventadas a partir de determinada língua já existente, de palavras a partir da prática social que é distinta de uma forma oficial. Já a gestão política linguística do *in vitro* refere-se ao uso das línguas de modo oficial, que ocorre quando

[...] em seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam (Calvet, 2007, p. 70).

Podem ocorrer conflitos entre essas duas formas de gestão da política linguística, uma vez que “[...] essas duas abordagens são extremamente diferentes e suas relações podem, às vezes, ser conflituosas se as escolhas *in vitro* forem no contrapé da gestão *in vivo* ou dos sentimentos linguísticos dos falantes” (Calvet, 2007, p. 70). Na política *in vivo*, a mudança ocorre de baixo para cima, a partir da mobilização de grupos sociais minoritários, já de outro modo, na gestão *in vitro*, há uma imposição “aos falantes e, para isso, o Estado dispõe essencialmente da Lei” (Calvet 2007, p. 74-75). Para Calvet, as políticas linguísticas geralmente acionam a Lei para se impor, pois, sem suporte jurídico, não é possível realizar um planejamento linguístico.

Pela distinção das concepções linguísticas, questões específicas de ordem do Estado necessitam ser mobilizadas. Dentre essas questões há que se considerar o foco na forma da língua padrão, a fixação de uma grafia em detrimento de outras que se ocupam do uso coloquial que as pessoas fazem da língua, em uma determinada sociedade. Esses aspectos corroboram o processo de definição da língua nacional. Há, ainda, as questões relacionadas à defesa das línguas, promovendo-as e protegendo-as, a partir de suas especificidades históricas, regionais e comunitárias. O Estado, ao contribuir com o processo de criação da falsa ideia do uso de apenas uma língua, age de forma violenta, interferindo nas dinâmicas culturais de grupos sociais minoritários impedidos de fazer uso de suas línguas maternas. A ideia de monolinguismo e do nosso próprio entendimento sobre a língua não é um fato concluído, ocorre cotidianamente, tanto na gestão *in vivo* como na gestão *in vitro*.

Mesmo havendo políticas linguísticas que tratam sobre as línguas minoritárias, há questões que, em uma perspectiva democrática, necessitam ser tensionadas, em específico, na afirmação de que a minoria linguística não engloba um contexto amplo de sujeitos organizados para o planejamento linguístico. É o caso da política linguística elaborada para os surdos, quando, ao utilizá-la no

processo educacional, percebemos que ainda há lacunas que necessitamos compreender de forma mais específica em vista das demandas de uma comunidade com cultura e língua específicas. A prevalência de um padrão linguístico social majoritário, como no caso de nosso país, com a Língua Portuguesa, impõe à Língua de Sinais uma condição subjugada.

Assim, no caso do reconhecimento da Língua de Sinais em 2002, em nosso país, o planejamento linguístico passou a ser subsidiado a partir de premissas instituídas pelo Decreto n.º 5.626 de 2005. Com isso, as instituições de ensino e demais locais públicos foram convocados a efetivar processos nos quais a Libras se constitui enquanto meio de comunicação em vista do respeito à especificidade linguístico/cultural da comunidade surda.

Segundo Witches e Lopes (2020), mesmo com a difusão nacional da Libras, a vulnerabilidade linguística, no que diz respeito às pessoas surdas, continua. Ainda para os autores, é imprescindível uma articulação com as famílias de crianças surdas sobre o uso da Língua de Sinais, podendo elas serem responsáveis pela escolha afirmativa ou negativa em relação à sua aprendizagem. Nesse movimento, os surdos podem ficar prejudicados, pois nem sempre as famílias entendem os benefícios da Língua de Sinais para o desenvolvimento linguístico.

Eyng (2012) relata que as famílias de surdos têm fundamental importância na utilização da Libras e no desenvolvimento do processo educativo. Evidencia-se o uso da Libras desde cedo, pelas famílias e pelos surdos, pois auxilia na “[...] construção de conceitos sobre si e sobre o mundo, além de promover a apropriação e o desenvolvimento da linguagem” (Eyng, 2012, p. 64). Se não houver essa interação, a comunicação pode ficar limitada a sinais básicos, ou meramente gestos, mantendo uma comunicação simples, sem profundidade ou grandes expressões de ideias.

A partir da minha participação no fórum das escolas de surdos e da minha atuação em escola de surdos em Porto Alegre, verifico que as propostas para a participação das famílias na vida escolar do surdo, bem como a difusão da Libras, como traz a resolução de 2015, vêm sendo intensificadas no sentido de trazer as famílias para a comunidade escolar. Esse movimento auxilia no processo

educativo, bem como no desenvolvimento da Língua de Sinais. Quando uma família aprende Libras e se comunica com o surdo, este trabalha muito mais a noção de contextualização de fatos, dos processos linguísticos, assim se expressando melhor nas diversas situações de sua vida, em sociedade e em seu ambiente escolar. Como professora de Língua Portuguesa, que atua com surdos, percebo esse processo linguístico em funcionamento, inclusive aspectos emocionais, também trabalhados pelo processo comunicacional.

Reis (2019) ressalta a importância da relação de diálogo dos surdos com a família, pois a falta de diálogo pode mostrar fragilidades na comunicação do aluno surdo. Sendo assim, se houver a língua em circulação no ambiente familiar, o surdo poderá se expressar melhor e perguntar sobre suas dúvidas, anseios, de modo que seu aprendizado será mais denso e esclarecedor. Na relação familiar, a proximidade e individualidade é maior, então é comum ocorrer a identificação da surdez desde cedo e, a partir daí, oferecerem-se condições adequadas para que o sujeito possa desenvolver sua língua, inserir-se na cultura surda e efetivar processos comunicacionais amplos.

O processo de escolha parental, quanto à escola bilíngue ou a inclusão em escolas regulares de ensino, evidencia a relevância do planejamento linguístico a ser operado pelo Estado. Trata-se de ampliar as condições de compreensão das próprias famílias sobre o acesso à aquisição linguística precoce da criança surda à Libras, considerando amplas possibilidades de desenvolvimento linguístico desses indivíduos. No planejamento linguístico, entre amplos fatores compreende-se que “[...] a decisão parental, sem orientação e esclarecimentos para a tomada de decisão, poderá acarretar prejuízos significativos no desenvolvimento da pessoa surda” (Witchs; Lopes, 2020, p. 212).

No que tange aos momentos históricos para a organização dos processos educacionais para os surdos, Lodi (2013) traz o Decreto n.º 5.626, que trata da educação bilíngue e da formação de profissionais que possam atuar nessa área, dentre eles professores e tradutores intérpretes. Afirma-se que o documento “[...] carrega uma marca histórica de luta e conquista dos direitos linguísticos dos surdos com vistas à inclusão social, deslocando essa educação das discussões gerais sobre a especial e constituindo-a como uma área específica de saber” (Lodi,

2013, p. 53). Schubert (2012) reforça a regulamentação da profissionalização do intérprete de Língua de Sinais, ressaltando que o Decreto estabelece que a função de intérprete deve ser realizada por “[...] profissional ouvinte [...] com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação” (Brasil, 2005).

Lodi (2013) atenta para o fato de que o Decreto não limita a educação de surdos na escola bilíngue. A medida abre possibilidade para tal, mas especifica que há possibilidades de ser desenvolvida em escolas regulares, nas quais a presença de professores, proficientes linguisticamente e/ou tradutores e intérpretes, possibilita a manutenção do canal comunicativo no sentido de apreensão dos conteúdos e demais tarefas correspondentes ao ambiente escolar. A autora destaca ainda a questão da formação de docentes para o ensino na educação bilíngue para surdos. Consta no documento a formação de professor de Libras e de Português como segunda língua, como forma de marcar as duas línguas no processo educativo do estudante surdo. Além disso, o documento traz a preferência por profissionais surdos atuantes nas escolas bilíngues, na pretensão de garantir um modelo de profissional surdo a ser seguido pelos demais alunos em formação.

No Relatório (Brasil, 2014), a política linguística para a comunidade surda resulta da sua intervenção social. Trata-se, portanto, das escolhas quanto ao uso da língua de uma localidade e comunidade, englobando os aspectos éticos no que diz respeito aos interesses das próprias comunidades inseridas nesse processo de escolarização. Para Camatti e Lunardi-Lazzarin (2010, p. 56), a escola de surdos constitui a afirmação política de uma “visão socioantropológica da surdez”. Trata-se de um espaço apropriado às necessidades da comunidade e mobilizador de práticas que podem afirmar a cidadania linguística aos sujeitos surdos. A escola de surdos é o aporte principal da comunidade surda e deve ser ocupada por ela enquanto espaço de disciplinamento, do circuito da cultura e de significados identitários. As autoras reconhecem a escola como um local de comunicação e, em determinadas situações, a escola de surdos constitui-se como espaço único no desenvolvimento linguístico dos sujeitos surdos, sendo que, nesse aspecto,

diferencia-se amplamente das demais instituições de ensino. Assim, segundo as autoras, mobiliza-se um “[...] panorama no qual as práticas disciplinares da escola são revistas, alteradas e condicionadas pela aproximação com a comunidade surda” (Camatti; Lunardi-Lazzarin, 2010, p. 91). Com isso, os espaços ocupados pelos surdos promovem práticas que, em vista da afirmação política, identitária e cultural, atuam como forma de resistência⁷ aos regimes de normalização.

Gomes (2020) aborda as condições de existência dos sujeitos surdos na perspectiva da língua, cultura e comunidade, considerando os modos de vida contemporâneos. A comunidade entende que a

[...] a educação bilíngue toma potência no discurso educacional das pessoas surdas, porque ela atua como verdade, ou seja, ela está amparada por um conjunto discursivo político, antropológico, legal, econômico, comunitário, cultural, linguístico que a instaura como uma força de verdade (Gomes, 2020, p. 38).

Assim, considerando a cultura e a comunidade surda, “[...] há de se pensar na possibilidade de fugir das convenções já definidas que produzem modos de vida e manter viva as perguntas, profanar os conceitos, entender as verdades como uma invenção, ficção e talvez assim promover experiências linguísticas e culturais outras” (Gomes, 2020, p. 206). A comunidade assume, portanto, a significação política que abrange os sujeitos que participam dos processos culturais e linguísticos, configurando um espaço de trocas, reflexões e lutas no qual são respeitadas as subjetividades e experiências singulares.

A partir dessa questão de comunidade e lutas, podemos retomar o tema das políticas linguísticas na educação de surdos e como elas são instauradas a partir de práticas da comunidade em defesa da educação bilíngue para a formação dos sujeitos surdos. Lacerda, Albres e Drago (2013) fazem referência às propostas das escolas de surdos e da educação inclusiva. Tais propostas não se unificam no direito linguístico, mas no compartilhamento com sujeitos também surdos, a metodologia aplicada e a atuação dos profissionais bilíngues, assim como a existência de propostas vindas de políticas governamentais. O uso da Língua de

⁷ Na perspectiva teórica assumida por Michel Foucault, a resistência não compreende uma denúncia moral ou um movimento de reivindicação de determinado direito, pois está implicada com a análise das relações de poder, considerando movimentos estratégicos e de luta.

Sinais e seu acesso pelos surdos e todos que fazem parte do processo educacional precisa ser permanente ampliado a todos os espaços escolares, enquanto condição de acessibilidade linguística e cultural.

Müller *et al.* (2013), ao analisarem as políticas linguísticas na educação de surdos, destacam efeitos relevantes na afirmação da diferença surda ao longo dos últimos anos. Entretanto, as autoras ressaltam a necessidade de ampliarem-se as discussões acerca da implementação da perspectiva educacional bilíngue, de “[...] forma a possibilitar uma articulação maior entre as políticas linguísticas e educacionais, deslocando a representação do surdo como um sujeito deficiente para o de sujeito pertencente a uma minoria linguística” (Müller *et al.* 2013, p. 11). Esse movimento implica uma reformulação paradigmática das instituições escolares em consonância com o reconhecimento da educação bilíngue para surdos na qualidade de movimento de afirmação política da diferença. Para isso, o investimento na formação de professores, a partir de uma perspectiva de educação bilíngue, a valorização do pluralismo cultural e a afirmação da diferença, como movimento político, são partes do deslocamento da representação acerca dos sujeitos surdos.

Witchs (2018) e Witchs e Lopes (2020) têm apontado para a questão da vulnerabilidade linguística da comunidade surda. No que diz respeito à educação, as condições políticas e sociais acabam por gerar a vulnerabilidade linguística e social. Witchs (2018), ao olhar para as políticas linguísticas para surdos, encontra-as situadas nas políticas educacionais de enfoque na perspectiva da inclusão escolar. Isso implica modos específicos de lidar com as condutas dos surdos, ao efetivarem-se processos de regulação de seus comportamentos e evidenciarem-se condições que atravessam minorias linguísticas. Segundo o autor, em vista de uma participação efetiva dos sujeitos surdos na engenharia social, os mecanismos de acessibilidade instituídos pelo organograma legal devem promover e congregar elementos substanciais para a manutenção das condições necessárias para a educação e o desenvolvimento dos sujeitos surdos.

A vulnerabilidade linguística associa-se à falta de situações favoráveis à comunicação. Witchs e Lopes (2020) discutem a manutenção histórica da vulnerabilidade linguística e problematizam a precarização do desenvolvimento

dos sujeitos surdos e da sua aprendizagem. Para os autores, nessa perspectiva, entra a escolha parental como uma ação correspondente à vulnerabilidade linguística, visto que a prática do uso da língua oficial se sobressai ao uso da Língua de Sinais, afetando assim as condições de desenvolvimento dos surdos.

A prevalência da aquisição da língua oficial, ora como atributo de uma formação do estudante, historicamente institui práticas na educação de surdos que promovam processos de vulnerabilidade linguística. Não ter o domínio da língua padrão oficial do seu país implica em uma condição de vulnerabilidade na constituição cidadã surda. Nesse aspecto, trago as considerações de Carvalho (2001), a partir de componentes que englobam questões políticas, pobreza, desigualdade cultural, social e econômica, em vista de compreender a constituição dos direitos de cidadania no Brasil.

Os direitos dos cidadãos foram efetivados em vista da demarcação política instituída em contextos históricos específicos de nosso país. Para Carvalho (2001), a Constituição de 1988 foi a mais cidadã, pois nela grupos sociais minoritários passaram a ter efetivados os seus direitos sociais, políticos e civis. Nesse alinhamento, Bolívar (2004) compreende que a educação pública se construiu com base na subordinação das identidades históricas e culturais, com o objetivo da construção de uma cidadania nacional. A escola, em sua atribuição formativa, atua na constituição cidadã dos sujeitos em processo de formação, considerando a diversidade sociocultural e política. Para Bolívar (2004, p. 32), “*La educación para la ciudadanía puede ser, entonces, un modo de conciliar el pluralismo y la condición multicultural*”, entretanto, nesse contexto, há de se considerar a diversidade étnica e cultural. Portanto,

Lo que está en juego, en la misión de la escuela pública, es – pues – contribuir a construir un espacio público con ciudadanos que participan activamente. Qué currículum y qué formas organizativas son más adecuadas para hacer frente a los desafíos presentes y futuros en la formación de las nuevas generaciones es lo que nos obliga a repensar el papel de la escuela en este nuevo contexto. Responder, volviendo a las seguridades que tuvimos en otros tiempos, nos conduce hoy a un camino intransitable y sin salida (Bolívar, 2004, p. 34).

Nesse prisma, a constituição pública dos cidadãos está alicerçada na efetivação de sua participação política, garantida por princípios éticos e culturais.

Em nosso presente, a constituição cidadã compreende um movimento de tensionamento de determinadas práticas e modelos que engessam a educação nacional, dentre os quais a padronização da educação como forma de moldar os sujeitos surdos para, assim, inscrevê-los em formas de vida alinhadas a determinadas racionalidades. Esse aspecto constitui a centralidade do presente estudo, uma vez que, em vista da cidadania dos sujeitos surdos, torna-se crucial, em uma política educacional, considerar a política linguística, na afirmação da diferença.

Destacados os aspectos da perspectiva linguística para a educação dos sujeitos surdos, com enfoque nos movimentos políticos organizados pela comunidade surda, na sequência dialogo com autores que me auxiliam a analisar as condições de possibilidade, ante a perspectiva da educação bilíngue para surdos no Brasil, para a constituição dessa perspectiva, enquanto modalidade educacional.

4.3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

[...] a Educação Bilíngue é vista não apenas como uma necessidade para os alunos surdos, mas sim como um direito, tendo sempre como base o pressuposto de que as Línguas de Sinais são patrimônios da humanidade e que expressam as culturas das comunidades Surdas (Stumpf, 2009, p. 426).

A fim de analisar a perspectiva linguística para a educação bilíngue de surdos em nosso país nas últimas décadas, nesta seção atento-me aos discursos que buscam imprimir outros significados na organização da educação de surdos, dando destaque a discussões que localizam a surdez em uma perspectiva antropológica em contraponto à perspectiva clínica. No viés da educação inclusiva, permanecem presentes preceitos do campo clínico, uma vez que se observa a inclusão do sujeito surdo no ambiente escolar comum, enquanto forma de produção de um modo de vida próximo ao sujeito ouvinte. Esse movimento, pautado em um olhar normalizador, desconsidera os marcadores culturais que

sustentam as práticas de educação de surdos em escolas bilíngues. Nesse sentido, Skliar (1999, p. 10) entende que,

A surdez configura-se atualmente como um território de representações que não pode ser facilmente delimitado ou distribuído em 'modelos conceituais opostos', tais como clínicos ou sócio-antropológicos. Trata-se melhor dizendo de um território irregular por onde transitam discursos e práticas assimétricos quanto às relações de poder/saber que os determinam (grifos meus).

A distinção da surdez com as demais deficiências encontra-se sustentada na condição bilíngue da surdez, demarcando a importância de o surdo ter acesso à sua língua, na constituição de sua identidade. Os surdos configuram uma minoria dentro da sociedade, a negação da surdez como deficiência não nega aos surdos as garantias políticas legais como pessoas com deficiência, mas ultrapassa o sentido do termo 'deficiência' e percebe a experiência subjetiva marcada pela surdez. Segundo Nunes, Saia, Silva e Mimessi (2015), a perspectiva socioantropológica pressupõe que a surdez é uma marca, uma diferença linguística. Em sua pesquisa, apresentam que essa afirmativa é advinda de estudos sobre a linguagem e Língua de Sinais dos Estados Unidos, da década de 1960.

[...] 1) os surdos formavam comunidades, onde se desenvolvia espontaneamente uma língua de sinais; 2) crianças surdas filhas de pais surdos tinham melhor desempenho acadêmico e não apresentavam problemas sociais e afetivos; 3) as línguas de sinais têm a mesma complexidade que a língua oral (Nunes; Saia; Silva; Mimessi, 2015, p. 540).

É na escola de surdos que a língua entra em contato com os demais conhecimentos, desenvolvendo e adquirindo sentidos a partir da sinalização. A educação de surdos, de modalidade bilíngue, constitui-se como um espaço de atenção aos aspectos singulares dos sujeitos surdos, entre eles a Língua de Sinais, a visualidade, a presença de sujeitos surdos adultos, a participação da comunidade surda, entre outros artefatos culturais.

Nesse paradigma ocorre um processo de valorização do sujeito surdo em sua diferença linguística e cultural, compreendendo suas especificidades para além da deficiência. Müller e Karnopp (2017, p. 62) também destacam que:

A diferença surda mobiliza a luta pela igualdade de direitos e pela pedagogia da diferença surda, de modo que se reconheça a cultura surda, a língua de sinais, a experiência visual, a participação de tradutores/intérpretes, o uso de tecnologias, a formação das comunidades e do povo surdo. Assim, alargam-se as discussões sobre uma educação bilíngue de surdos no Brasil, caracterizada por modos múltiplos de essa proposta educacional ser entendida e vivenciada no cotidiano escolar.

As autoras ressaltam, a partir da demarcação da diferença surda, lutas históricas encaminhadas pela comunidade surda em prol do reconhecimento e da efetivação de direitos educacionais. Ambas discutem a relevância da escola bilíngue a fim de abarcar os modos múltiplos das propostas educacionais, experienciadas no cotidiano da escola, segundo entendimentos distintos e de organização específica do contexto. Assim, pela compreensão da educação bilíngue como modalidade educacional, inquieta-me tensionar as condições de sua emergência em nosso país. Segundo Fernandes (2006, p. 5), a demarcação política da educação bilíngue de surdos efetiva-se,

[...] como uma possibilidade de vivenciar a pluralidade e a intertextualidade cultural, como um projeto de aproximação entre as diferenças. Não a vemos como um dispositivo pedagógico utilizado para fazer calar a alteridade surda na língua majoritária daqueles que podem se constituir como sujeitos na experiência oral-auditiva da Língua Portuguesa. A língua como lugar de encontro multicultural é o que nos permite sonhar nesse desafio que nos propusemos a enfrentar.

A educação bilíngue para surdos não engloba apenas o uso de duas línguas no processo educacional. Trata-se de um espaço no qual se cruzam aspectos linguísticos específicos, marcadores culturais, concepções políticas sobre o currículo, processos de significação social e demarcações identitárias, relações de poder e saberes que efetivam a legitimidade política e cultural de grupos minoritários. Essa concepção de educação bilíngue de surdos exige posicionamento ético e político.

Para além da questão da língua, portanto, o bilinguismo na educação de surdos representa questões políticas, sociais e culturais. Nesse sentido, a educação de surdos em uma perspectiva bilíngue deve ter um currículo organizado em uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, a língua de sinais brasileira. É a proposição da inversão, assim está-se reconhecendo a diferença. A língua passa a ser, então, o instrumento que traduz todas as relações e intenções do processo que se concretiza através das interações sociais (Quadros, 2005, p. 34-35).

Ao longo de duas décadas, distintos documentos elaborados pela e para a comunidade surda em nosso país buscaram consolidar uma política pública para a educação de surdos em vista da afirmação da cidadania linguística. Historicamente tal perspectiva educacional tem mobilizado questões culturais, a Língua de Sinais e marcadores dos movimentos políticos protagonizados pela comunidade surda.

O reconhecimento oficial da Libras, ocorrido por meio da publicação da Lei n.º 10.436 de 2002, proporcionou maior visibilidade a essa perspectiva linguística, pois os surdos passaram a constituir legalmente um grupo linguístico minoritário no País. A promulgação do Decreto n.º 5.626 de 2005 formalizou a educação das pessoas surdas a partir da perspectiva bilíngue, pois o documento menciona a especificidade dos processos educacionais dos surdos e dispõe sobre as diretrizes para a implementação dessa proposta nos sistemas educacionais. Segundo Lodi (2013), o Decreto foi o resultado de um processo de debates e lutas que durou vários anos.

[...] o disposto no Decreto nº 5.626/05, advoga que a educação de surdos constitui-se como um campo específico do conhecimento, distanciando-se da educação especial. Observou-se que o Decreto compreende educação bilíngue para surdos como uma questão social que envolve a língua brasileira de sinais (Libras) e a Língua Portuguesa, em uma relação intrínseca com os aspectos culturais determinantes e determinados por cada língua; a Política, por sua vez, reduz educação bilíngue à presença de duas línguas no interior da escola sem propiciar que cada uma assuma seu lugar de pertinência para os grupos que as utilizam, mantendo a hegemonia do português nos processos educacionais (Lodi, 2013, p. 60).

Segundo a autora, a proposta da educação bilíngue subsidia uma afirmação política da educação de surdos em nosso país, sendo um contraponto à política de inclusão escolar. Essas discussões têm se manifestado em vários momentos, inclusive efetivando modos de produção da educação de surdos distintos entre os documentos normativos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008) orienta que a educação nacional seja fundamentada pela perspectiva da inclusão como ação política, cultural, social e pedagógica, em vista da defesa do direito de educação de todos. Para isso,

mobiliza práticas por meio das quais todos estejam juntos aprendendo e participando, sem distinção ou discriminação. Considerando essa perspectiva política da educação nacional, entendo ser relevante retomar o documento *A educação que nós Surdos queremos*, do congresso de 1999, em específico acerca da inclusão do aluno surdo em classes regulares. No documento, ao referir-se sobre inclusão, fica muito claro o objetivo de respeitar-se o patrimônio surdo, sendo a escola de surdos um deles. Afirma-se no documento que a inclusão ou integração na escola comum do estudante surdo é prejudicial à sua constituição cultural e à mobilização da sua identidade. Além dos aspectos relacionados à inclusão na escola comum, o documento reforça aspectos como formação docente específica e apropriada para o ensino de surdos, além da necessidade de intérprete de Libras em distintos espaços sociais.

Partindo-se desse documento, constituído pela comunidade surda, e o movimento que se formou com essas solicitações às autoridades, outros movimentos foram surgindo, pois, em vista da PNEEPEI de 2008, era real a possibilidade do fechamento das escolas especiais para surdos, sendo que estava sendo preconizada uma política de inclusão e não de uma educação específica para os surdos. Nessa condição, o próprio Instituto Nacional de Educação e Integração dos Surdos (INES), instituição de relevância histórica na educação dos surdos, também sofria possibilidades de encerramento de suas atividades.

Conforme a política de inclusão escolar estabelece, deve ser assegurada “[...] a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 2008, p. 14), em vista “de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Brasil, 2008, p. 1). As lutas políticas, que buscam efetivar direitos linguísticos aos sujeitos surdos, estão vinculadas a uma perspectiva educacional linguística/cultural e não a uma perspectiva de Educação Especial marcada pela definição da surdez a partir da deficiência.

Algumas tentativas para alcançar o objetivo da inclusão, buscando-se um ideal de universalização, tendem a colocar em operação procedimentos padrões homogeneizadores. Thoma e Kraemer (2017) argumentam que o investimento da

inclusão age como uma condição de possibilidade para o processo de normalização de diferentes sujeitos. Nas palavras das autoras:

O investimento feito sobre a população a ser incluída – e aqui nos interessa particularmente a população com deficiência – objetiva criar condições para que todos possam se aproximar de uma determinada normalidade e assim alcançar o máximo de desenvolvimento possível de suas habilidades e/ou competências (Thoma; Kraemer, 2017, p. 78).

A Educação Especial foca na anomalia a ser reabilitada ou corrigida por práticas normalizadoras. As escolas bilíngues para surdos são espaços constituídos em vista da promoção do desenvolvimento de alunos surdos através da Língua de Sinais, de suas especificidades linguístico-culturais reconhecidas e valorizadas no sentido da promoção da identidade e subjetividade surda. A ânsia pela promoção da igualdade para as pessoas surdas, vinculada à histórica função social da língua, age como parte de um dispositivo que opera no governo dos sujeitos. Em uma perspectiva de normalização, a função social da língua pode corroborar processos que transformam os surdos em sujeitos sem pátria, por não estarem nem dentro do padrão de sociedade previsto, em termos linguísticos, sujeitos que politicamente apenas habitam o mesmo ambiente.

É importante destacar que as problematizações das estratégias de governo implicam análises da construção dos sujeitos mais do que análises do exercício do poder. Analisar e problematizar as formas de governo dos sujeitos pelas políticas em questão requer entender também os processos de subjetivação e normalização que são acionados pela escola, espaço a partir do qual os saberes são articulados e mobilizados para fazer funcionar as estratégias de governo (Thoma, 2016, p. 757).

Assim, o governo da vida efetiva-se pelas formas de promoção da participação dos sujeitos na escola, na promoção do seu desenvolvimento e na efetivação da dinâmica cultural em que os sujeitos surdos se encontram inscritos. Dessa forma, as dinâmicas estruturadas no espaço educacional, entre elas o currículo, a formação docente, a fluência linguística, a promoção da diferença, reforçam a delimitação dos comportamentos, além de mobilizarem processos de subjetivação. Em vista disso, verifica-se que,

No cenário contemporâneo, as estratégias de governamento que buscam regular a vida da população por meio de processos de regulamentação e de normalização têm como objetivo potencializar e maximizar a vida para que todos vivam mais e com mais qualidade, utilizando, para isso, o poder disciplinar – que incide sobre o corpo individual de cada um –, conectado com o biopoder – que age sobre o conjunto da população –, a fim de promover a participação de todos. Mediante estratégias biopolíticas, a atuação do poder não ocorre apenas no corpo de cada indivíduo, mas por meio de ações que visam à subjetivação e ao convencimento de que somos todos responsáveis por nós mesmos e pelos outros (Thoma, 2016, p. 758).

Segundo Lacerda (2013), na educação de surdos diferentes projetos passam a ser desenvolvidos, tanto nas escolas que se ocupam de sujeitos surdos, como as escolas regulares com a inclusão de surdos e intérprete de Libras ou instrutor surdos, atendimento educacional especializado em sala de recursos ou escolas bilíngues para surdos. A partir do Decreto n.º 5.626 de 2005 e a institucionalização da educação bilíngue para surdos no Brasil, nota-se que a defesa da inclusão incentiva discussões entre política e comunidade surda. A legislação induz ações, mas estas só serão funcionais se de fato a condição linguística do surdo for compreendida e sejam direcionadas para a efetiva constituição da escola bilíngue para surdos.

Ao analisar o Decreto n.º 5.626 de 2005, Lodi (2013) alega que a educação bilíngue para surdos deve ser compreendida como uma questão social que envolve a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa, considerando aspectos culturais que englobam cada língua em específico. Ao observar-se a PNEEPEI, percebe-se uma limitação, porquanto esta associa a educação bilíngue apenas ao uso de duas línguas. Apenas um parágrafo ressalta as delimitações do ensino de surdos

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular (Brasil, 2008).

Essa concepção limita a proposta para a educação de surdos apenas ao plano discursivo e restringe a inclusão à escola, possibilitando uma ampliação desse conceito a todas as esferas sociais, como é mostrado no Decreto. Essa diferença entre os sentidos dos conceitos de educação bilíngue e de inclusão nos dois documentos têm alimentado tensões e inviabilizado o diálogo entre as proposições da Política de Educação Especial e do Decreto n.º 5.626 de 2005.

Os marcadores culturais que mobilizam os sujeitos surdos a partir da história, dos movimentos, da legislação nacional e internacional, relacionados à comunidade surda, afetam as formas de constituição identitária desses sujeitos. Em uma perspectiva cultural

[...] podemos pensar na problematização de uma identidade surda, de um essencialismo ou mesmo de uma autenticidade a ser definida, para então pensarmos em cenários onde os discursos da surdez são levados a cena, e onde a constituição de ser surdo deve ser entendido como uma contingência histórica e cultural (Klein; Lunardi-Lazzarin, 2006, p. 20).

Nesse cenário, segundo Klein e Lunardi-Lazzarin (2006, p. 20), os espaços escolares, ao promoverem elementos do currículo, consideram em sua constituição aspectos que englobam os sujeitos surdos e sua cultura. A “escola é um espaço de fronteiras, onde não há demarcação de início e fim, mas mesclas de hibridismo” (Klein; Lunardi-Lazzarin, 2006, p. 20). Nisso, o espaço escolar assume o papel de apresentar, questionar, tensionar, comentar, incentivar mobilizações culturais, uma vez que:

Os hibridismos, as situações fronteiriças encontram-se instauradas no nosso cotidiano. Convivemos em um espaço no qual as fronteiras são constantemente deslocadas, fragilizadas e em que nossas identidades vão se configurando a partir de múltiplos repertórios. Esse cenário nos coloca diante de um território movediço, instável, onde a história se move em muitas direções, toda conclusão está atravessada pela incerteza (Klein; Lunardi-Lazzarin, 2006, p. 22).

A escola bilíngue de surdos é um espaço no qual múltiplas formas de constituição dos sujeitos surdos são acionadas. As estratégias e práticas mobilizadas nos espaços escolares fabricam modos de ser aluno e capturam elementos identitários e culturais que potencializam modos distintos de ser sujeito

em nosso presente. Nessa linha – ao considerar a singularidade linguística do surdo –, compreendo que a cidadania linguística se efetiva a partir de um conjunto de práticas que visam garantir o direito comunicacional dos sujeitos surdos para a efetivação de ambientes escolares bilíngues. Em termos educacionais, cabe considerar que é,

[...] na condução pedagógica voltada para a diferença que passam a ser reformulados os significados e as representações dos sujeitos envolvidos, em um processo que requer ações voltadas à compreensão da diferença e da constituição da cidadania linguística, aspectos destacados na análise da legislação nacional (Kraemer; Pontin; Lopes, 2020, p. 7).

Portanto, desde a produção do currículo, das práticas escolares, da formação de professores especializados e do planejamento pedagógico mobilizam-se processos e práticas que instituem o direito linguístico como condição para a promoção da inclusão dos sujeitos surdos. Na afirmação da cidadania linguística, distintos fatores encontram-se interconectados. A partir de Lopes e Veiga-Neto (2017), compreendo que, pela “[...] diferença linguística e cultural surda, defende-se a escola de surdos como espaço de aproximação entre semelhantes ou, pelo menos, entre sujeitos que compartilham uma condição comum de surdez e condições de ensino e de aprendizagem surda” (Lopes; Veiga-Neto, 2017, p. 670). Assim, defende-se a escola de surdos como espaço de aprendizagem e não como “espaço de colonização – seja ela de ordem cultural, social e/ou econômica de uns sobre outros” (Lopes; Veiga-Neto, 2017, p. 700).

No movimento de afirmação da cidadania linguística dos sujeitos surdos, no Relatório sobre a Política Linguística de educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (2014), verifica-se que a educação de surdos em nosso país tem sido sustentada por uma perspectiva que considera as suas especificidades a partir de um viés político-cultural. Com isso, a educação de surdos requer que sejam mobilizadas novas lentes teórico-práticas no processo de ensino, o que implica uma reconfiguração radical das adaptações pedagógicas, mobilizadas segundo a proposição de atividades e conceitos sustentados em uma educação organizada para pessoas que ouvem.

Em uma perspectiva de educação para a diferença, a educação bilíngue é entendida como um processo pautado no respeito à condição da pessoa surda e sua experiência visual, enquanto marcas constituidoras de uma cultura singular. Assim, compreende-se a necessidade de afirmação de uma política linguística que defina a participação das duas línguas na escola, em todo o processo de escolarização, de forma a valorizar a Libras e a Língua Portuguesa como línguas parte da constituição da pessoa surda.

A Lei n.º 13.146 de 2015 instituiu o estatuto da pessoa com deficiência para assegurar e promover – em condições de igualdade – o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais. Com isso, realizou-se a inclusão social em vista da promoção da cidadania das pessoas com deficiência. Nesse contexto, cabe ressaltar que a educação nacional é assumida no regime legal, enquanto direito que deve ser garantido a todos. Tem-se assim por preceito a educação nacional democrática, justa e solidária, como direito legal e de mobilização cidadã da população de nosso país. Sob esse viés, os dispositivos legais coordenam a construção dos sentidos sobre a educação nacional, alinhados a perspectivas culturais, modelos pedagógicos historicamente instituídos, organogramas políticos e processos históricos de in/exclusão de grupos sociais.

Para Martins (2016) e Morais e Martins (2020), a educação de surdos é um espaço de resistência, constituído por movimentos históricos e saberes sobre a educação bilíngue para surdos, distinguindo-se das propostas inclusivas da Educação Especial. Lopes e Freitas (2016), ao tratar da construção do projeto bilíngue para surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos na década de 1990, elencam as preocupações e estratégias em relação à proposta de educação bilíngue. A educação bilíngue de surdos, prevista nos documentos legais analisados, encontra-se inscrita em uma perspectiva de inclusão escolar, em que a surdez é entendida como deficiência a ser incluída nas escolas regulares. Nesse movimento, para a promoção da educação dos sujeitos surdos, prevê-se a presença de intérpretes de Libras e professores especializados no ensino de surdos, com metodologias adequadas, bem como fluência na Língua de Sinais. No movimento histórico que marca a comunidade surda, são tensionados os discursos que colocam a escola comum como espaço adequado para a escolarização

bilíngue, pois nela, em face das limitadas interlocuções culturais e identitárias, a constituição de processos subjetivos singulares aos sujeitos surdos fica restrita.

Os documentos produzidos pelos movimentos surdos partem da compreensão da surdez enquanto diferença linguística e cultural, evidenciando a necessidade de um ambiente linguístico adequado para a promoção de interações amplas, de relações identitárias, de afirmação política e cultural. Na educação de surdos, a perspectiva pedagógica vincula-se ao contexto cultural do sujeito surdo, o que reverbera em pressupostos pautados na centralidade da Língua de Sinais, em um repertório pedagógico visual, que reafirma os marcadores identitários, a história dos movimentos políticos dos sujeitos e da comunidade surda e a própria educação bilíngue.

Destacados os aspectos sobre a educação bilíngue para surdos, passo a analisar a educação bilíngue para surdos diante de uma matriz política de inclusão escolar. Saliento que, um dos aspectos verificados, é a defesa da comunidade surda de uma matriz inclusiva sustentada na afirmação do direito linguístico.

4.4 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA MATRIZ INCLUSIVA

Entender que o estar junto não pode ser percebido como o argumento central que sustenta a política inclusiva e resistir à posição de subordinação não pode, no entanto, ser um processo lido como 'ser contra a inclusão', mas pode ser lido como movimento de resistência à normalização surda por um tipo de inclusão que acolhe o surdo como alguém que deve se alojar inconfortavelmente na casa de outro. A resistência como oposição surda está para certos jogos onde a inclusão se dá como imposição e como anormalização surda e não para outros jogos onde o espírito que faz movimentar as negociações é o da relação ética com o outro (Lopes; Menezes, 2010, p. 8).

Segundo Lunardi-Lazzarin e Moraes (2016), a educação bilíngue institui processos e práticas que acabam por subjetivar os sujeitos em meio à sociedade inclusiva. A educação bilíngue tem, nas últimas décadas, assumido uma posição central nos discursos educacionais e políticos que envolvem os sujeitos surdos e tem servido também como estratégia organizada pela política de inclusão escolar.

Eyng (2012), citando um estudo feito por Capovilla (2008), relata que a política de inclusão pode trazer benefícios para o deficiente auditivo, mas acaba por limitar o desenvolvimento do surdo, pois se acredita que eles podem ter um melhor rendimento em escolas específicas para surdos. Na pesquisa desenvolvida por Capovilla, após uma década de estudos, foi possível comprovar a necessidade de articulação entre a escola própria para surdos, com a educação ofertada a partir da Língua de Sinais, o contato com seus pares, com professores fluentes, bem como com a educação complementar no ensino regular, isso sob o prisma da inclusão escolar.

Em consideração às políticas operadas na educação nacional nas últimas décadas, os docentes e pesquisadores têm sido mobilizados a ampliar o leque de leituras acerca da finalidade educacional, considerando que a gramática inclusiva imprime uma matriz política, de afirmação da presença de todos os sujeitos, na escola comum. As transformações na educação sinalizam a busca pela reversão de processos históricos de exclusão social de determinados grupos, injustiças sociais e as desigualdades históricas que marcam importantes parcelas populacionais.

A partir de uma política nacional focada na inclusão escolar de sujeitos com deficiência, verifica-se uma mobilização política na afirmação da cidadania a todos os sujeitos em idade escolar. Assim, no que tange à educação de surdos, as questões linguísticas tomam a centralidade de pesquisas, discussões e estudos, em vista da garantia da efetivação da cidadania no processo educacional.

Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 949) sublinham que, em nosso presente, as políticas de inclusão acabam tratando a diferença como diversidade, pois, “nos modos como vem sendo formuladas e em parte executadas no Brasil – parecem ignorar a diferença”. Os surdos há décadas têm realizado movimentos políticos de afirmação de seus direitos linguísticos, assim como demais grupos minoritários em nosso país. Essa luta não se faz apenas pela efetivação do direito linguístico enquanto meio de comunicação e de interação da comunidade surda. O direito linguístico, para ser efetivado enquanto política de Estado, implica a afirmação e a difusão de significados culturais próprios da comunidade surda. Os movimentos

que marcam processos relevantes na educação de surdos buscam destacar a importância da efetivação de meios para a constituição cidadã desses sujeitos.

A inclusão escolar, como um movimento inventado para dar conta daqueles sujeitos que ainda se encontram em espaços diferenciados da escola comum, vem instituindo um gerenciamento gradual e abrangente sobre os indivíduos que compõem o universo da chamada Educação Especial. Esta demanda, que se institui pautada num ideal moderno do estabelecimento da ordem, passa a se processar, na Contemporaneidade, pela tentativa de se garantir a extinção de todo e qualquer risco social: o risco do analfabetismo, o risco da exclusão, o risco do desemprego, o risco da miserabilidade, entre outros (Kraemer, 2011, p. 35).

Segundo Kraemer (2011), as políticas educacionais, em sua maioria, apresentam como objetivo a garantia da equidade de acesso às instituições de ensino, à profissionalização e ao trabalho, aos espaços públicos, ao Ensino Superior, entre outros locais comuns aos cidadãos, a fim de garantir não apenas o acesso, mas também a convivência entre todos. Há a garantia de acesso ao campo educacional, mas poucos documentos mostram a garantia de permanência desses alunos, tanto no que diz respeito aos espaços, quanto, esta pesquisa observa, à afirmação do direito comunicacional.

Sobre o discurso da inclusão, na perspectiva da educação de surdos, percebe-se que as questões linguísticas e culturais da comunidade surda se encontram em segundo plano, pois os documentos preconizam a inclusão de surdos na escola comum de ouvintes, “[...] em prol de um discurso que prima pelo direito de todos estarem juntos, garantindo, assim, que o perigo da segregação e/ou exclusão passe a ser gradativamente minimizado até a sua possível extinção” (Kraemer, 2011, p. 40). Com isso, vemos

[...] uma produção em larga escala difundindo práticas, experiências e modelos de processos de inclusão: cursos de aperfeiçoamento, cursos de formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, fóruns, seminários e congressos debatendo questões da inclusão escolar tornando-se produtos a serem consumidos por todos os professores, já que a inclusão escolar passa a ser assunto de todos, não apenas dos professores da área da educação especial (Kraemer, 2011, p. 42).

Lodi (2013), ao referir-se à educação bilíngue para surdos e à inclusão segundo a PNEEPEI e o Decreto nº 5626, de 2005, diz que, para a elaboração desses documentos, buscaram-se as mais diversas posições argumentativas de quem fazia parte da comunidade surda. A autora faz alguns destaques a esses documentos, como a Política Nacional de Educação Especial, elaborada com base no discurso da valorização dos processos inclusivos, com uma visão de direitos humanos e cidadania, reorganizando o ensino de forma estrutural e cultural, considerando as especificidades de cada aluno. A política visa instituir objetivos e traçar diretrizes que contemplem a diversidade que constitui o público estudantil brasileiro.

Campelo e Resende (2014) relatam que a ameaça de fechamento do INES em 2011 provocou uma mobilização para a inclusão das Escolas Bilíngues para Surdos no Plano Nacional de Educação (PNE), hoje sancionado pela Lei 13.005/2014. Nesse cenário político de inclusão escolar, em 2015, a Lei n.º 13.005 aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio do qual se previa o investimento na universalização da educação inclusiva até 2024. Portanto, enquanto meta específica, tratou-se de estabelecer a universalização da educação para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. As autoras enfatizam que há uma luta por uma Política Nacional de Educação Bilíngue, que conte com a formação da identidade linguística da comunidade surda. Essa luta é garantida pela Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece a importância da Língua de Sinais e da cultura surda para as pessoas surdas.

Em vista disso, pautou-se, enquanto prerrogativa legal, o direito de acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, “[...] com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (Brasil, 2014, Meta 4). Entretanto, para a educação de surdos, a educação inclusiva pode ser contraditória, pois mesmo a inclusão servindo para a acessibilidade, convivência e interação entre pessoas surdas e ouvintes, há

de se considerar que os espaços educacionais bilíngues são importantes para a promoção da diferença linguística.

Segundo Lopes e Menezes (2010), o espaço físico sozinho não é suficiente para que a inclusão dos sujeitos seja garantida, e sim a articulação das experiências vivenciadas em meio aos grupos sociais. As autoras destacam que os surdos, em uma matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial, ao não conviverem com seus pares, perdem elementos relevantes no processo de afirmação da identidade surda e de constituição de suas subjetividades. Quando os surdos estão incluídos na escola comum, acabam não tendo a possibilidade de afirmar a experiência surda, uma vez que lhes faltam referências de ser surdo. Assim, na matriz inclusiva, sustentada pela perspectiva da Educação Especial, as condições de desenvolvimento e de aprendizagem do sujeito surdo passam a ser moldadas numa correlação aos sujeitos ouvintes, o que pode acarretar menos interação linguística, trocas sociais mais restritas, processos subjetivos de menosprezo aos elementos culturais da comunidade surda, entre outros aspectos. Isso pode reforçar estigmas sociais que inibem a comunicação em Libras, lacunas em processos de aprendizagem e a ausência de elementos cruciais ao desenvolvimento linguístico da Língua de Sinais e da língua de registro escrito.

Nesse cenário, tensões no campo da educação de surdos passam a mobilizar o viés político da afirmação de uma perspectiva de educação bilíngue considerando aspectos culturais, identitários e linguísticos. Trata-se, assim, de um enfoque que mobiliza movimentos de afirmação da inclusão escolar desvinculada de espaços específicos, como no caso a escola regular, para pensá-la enquanto matriz que produz outros significados na educação dos sujeitos surdos. Assim, ao considerar a Lei Brasileira de Inclusão, que potencializa a educação de alunos surdos, em uma perspectiva bilíngue, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, verifica-se um importante movimento político de afirmação do espaço da escola de surdos.

Nesse organograma legal, a matriz inclusiva, sustentada na afirmação do direito linguístico, busca afirmar a efetivação de condições de acesso a uma educação que atente aos aspectos subjetivos e culturais dos sujeitos envolvidos. Isso, na prática pedagógica, passa a ser traduzido considerando-se um enfoque

cultural e político de afirmação da diferença e de consolidação de práticas que são mobilizadas pelo viés de uma política linguística. Entretanto, uma matriz inclusiva, que se sustenta na afirmação do direito linguístico, encontra ainda muitas resistências para que a escola e as práticas nela operadas consolidem os distintos aspectos culturais que envolvem os sujeitos e suas experiências

Segundo Lodi (2013), no texto da PNEEPEI o ensino em Libras não é o foco central, uma vez que os intérpretes da Língua de Sinais são os participantes do processo de aprendizagem. Isso abre para outras frentes de interpretação das condições de efetivação de ambientes educacionais bilíngues, pois assume-se, na matriz inclusiva, sustentada pela perspectiva da Educação Especial, um caráter instrumental do ensino da Língua de Sinais, distanciando-se a educação de surdos do direito a uma política linguística. Tal matriz inclusiva é consolidada por saberes de distintos campos, e contradiz em parte, portanto, o disposto no Decreto n.º 5.626, em que a Libras constitui a centralidade do processo educativo, com ênfase na formação de professores bilíngues, assim como reforça a participação de docentes surdos na constituição de processos identitários dos alunos. No Decreto, a Libras tem papel central na educação, enquanto a Língua Portuguesa é utilizada na modalidade escrita como segunda língua, já na Política, no processo de educação dos sujeitos surdos, a Libras é secundária em relação à Língua Portuguesa. Portanto, a concepção de educação bilíngue, na Política de Educação Especial, consolida a matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial, a diferir do Decreto n.º 5.626, sustentado por reivindicações políticas da comunidade surda, a mobilizar uma matriz inclusiva sustentada na afirmação do direito linguístico.

Na Política de Educação Especial, a inclusão é parte de uma ação política, de cunho cultural, social e pedagógico, segundo Lodi (2013). Dessa maneira, todos os alunos têm direito de estarem juntos, a fim de aprender e participar, sem exceção. Nesse aspecto, a matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial, entre outros elementos, reforça a necessidade da presença do sujeito com deficiência na escola regular. Nessa lógica,

‘Democracia inclusiva’ ‘respeito à diferença’, ‘acolhimento’, ‘reconhecimento das diversidades’, ‘não discriminação’, são palavras que focalizam a socialização dos sujeitos e não a qualificação dos processos educativos para a escolarização das pessoas com deficiência. Compreendemos que a escola não deve ser resumida a um papel de socializadora, em detrimento da exigência do conhecimento, assim como de outras funções que lhe cabe (Oliveira; Lockmann, 2022, p. 13).

Em uma matriz inclusiva sustentada na afirmação do direito linguístico, a defesa da escola de surdos não se efetiva pela lógica de homogeneização da cultura surda. Trata-se de possibilidades de interlocução de experiências singulares, sustentadas por práticas de afirmação da cultura, da visualidade, da língua, da comunidade e de processos subjetivos singulares. As reivindicações da comunidade surda sustentam, ao longo da primeira década do século XXI, uma afirmação do direito linguístico, por meio da qual a escola e as práticas nela operadas produzam possibilidades de desenvolvimento de todos os sujeitos, a partir de condições de igualdade de comunicação. Portanto, na mobilização da comunidade surda, “[...] defende-se uma escola de surdos capaz de fortalecer laços humanos entre semelhantes que compartilham uma forma de vida construída sob um *éthos* surdo” (Veiga-Neto; Lopes, 2017, p. 702).

A matriz inclusiva, sustentada pela perspectiva da Educação Especial, é produzida a partir de saberes que enquadram os sujeitos em determinadas características, condições de desenvolvimento e categorias clínicas. No que compreende os sujeitos surdos, “[...] foi observado através da perspectiva inclusiva, em que a cada momento se tenta voltar e retomar uma outra educação para os surdos, mesmo eles reivindicando e se posicionando sobre qual escola desejam e querem para si” (Morais; Martins, 2020, p. 20). Isso contradiz, em suma, o que a comunidade surda tem reivindicado ao longo das últimas décadas, ou seja, a afirmação de uma política linguística, consolidando o direito linguístico dos sujeitos surdos em todos os espaços.

Na análise dos documentos, verifica-se que a matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial reforça uma condição linguística pela perspectiva da acessibilidade comunicacional. Isso se reflete em processos de instrumentalização pedagógica da Língua de Sinais, logo, “estar junto não pode ser percebido como o argumento central que sustenta a política inclusiva” (Lopes;

Menezes, 2010, p. 8). Por outro lado, “[...] resistir à posição de subordinação não pode, no entanto, ser um processo lido como ‘ser contra a inclusão’, mas pode ser lido como movimento de resistência à normalização surda por um tipo de inclusão que acolhe o surdo como alguém que deve se alojar inconfortavelmente na casa de outro” (Lopes; Menezes, 2010, p. 8). Assim, verifico que a matriz inclusiva, fundamentada na afirmação do direito linguístico, requer intensos movimentos de resistência da comunidade surda, sobretudo “[...] para certos jogos onde a inclusão se dá como imposição e como normalização surda e não para outros jogos onde o espírito que faz movimentar as negociações é o da relação ética com o outro” (Lopes; Menezes, 2010, p. 8). Sob esse prisma, na seção a seguir considero as condições de possibilidade para a emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos.

5 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA A EMERGÊNCIA DA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Ao analisar a materialidade documental que compõe o corpus desta pesquisa, passo a considerar os movimentos de resistência da comunidade surda e as condições políticas para a emergência da modalidade de educação bilíngue para surdos no Brasil. Reforço que,

[...] estudar a emergência de um objeto-conceito, prática, ideia ou valor é proceder à análise histórica das condições de possibilidade dos discursos que instituíram e alojam tal objeto. Não se trata de onde ele veio, mas *como/de que maneira e em que ponto* ele surge (Veiga-Neto, 2005, p. 72, grifo do autor).

A partir da análise empreendida, considerando o problema de pesquisa, verifico as condições de emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos operadas por uma matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial. Isso reflete investimentos produzidos pelo Estado brasileiro, a partir de movimentos internacionais e de organismos que sustentam a inclusão escolar das pessoas com deficiência, enquanto ação política de afirmação dos direitos humanos. Trata-se de um movimento amplo e complexo. Desenvolvo nestas duas seções o argumento segundo o qual as condições de emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos são sustentadas pelos investimentos na formação docente para a educação de surdos e pelos investimentos graduais e sistemáticos em práticas que mobilizem a difusão da Língua de sinais no País. Isso é reflexo, como já referido no capítulo anterior, de uma matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial.

5.1 OS INVESTIMENTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

A Lei da oficialização de Libras de 2002 pode ser reconhecida como um marco político na história das mobilizações dos surdos, segundo Lopes (2017). Isso, em certa medida, alinha-se às pesquisas desenvolvidas no campo dos Estudos Surdos. Esses processos – tanto na ordem da afirmação política do direito

linguístico quanto na ordem das pesquisas do campo – refletem um alargamento na formação docente para a educação de surdos. Com esse movimento, houve necessidade de ampliar o número de cursos de capacitação de professores em Língua de Sinais, a fim de articular as demandas linguísticas e educacionais que têm se instituído a partir de uma matriz inclusiva sustentada pela concepção da Educação Especial.

Antes mesmo do período ao qual esta pesquisa faz referência, pesquisadores integrantes do NUPPES atuavam na defesa de uma perspectiva educacional bilíngue de surdos, bem como na formação de profissionais para trabalhar na área a partir de uma matriz inclusiva fundamentada na afirmação do direito linguístico. Nos anos 2000, o Núcleo organizou programa de capacitação de professores na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e ainda participou do Curso de Especialização em Educação de Surdos da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), promovido pela Divisão de Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura. Os custos dessas formações foram financiados pelo governo estadual. Ao final do curso, foram certificados 33 professores de várias regiões do estado do RS, com o objetivo de multiplicar o quantitativo de docentes com habilidades linguísticas para a atuação na educação de surdos. Cabe destacar que esse investimento, operado na formação docente, visava, entre outros aspectos, ampliar a difusão linguística em vista da afirmação do direito linguístico da comunidade surda.

Lopes (2017) reconhece que, para acontecer a organização de espaços da comunidade surda, a fim de se legitimar seus interesses à articulação entre as instituições, foram fundamentais as produções políticas e acadêmicas no processo de desenvolvimento das conquistas dos surdos. O NUPPES e a FENEIS garantiram muitos espaços para os surdos, potencializando discursos da surdez como um campo de conhecimentos específicos, que, dentre outros aspectos, sustentam a educação de surdos em uma matriz inclusiva de afirmação do direito linguístico.

A partir do que é instituído no Decreto n.º 5.626 de 2005, sobre a formação de profissionais para atuar na educação de surdos, produz-se nacionalmente um investimento no curso de Letras/Libras. Esse curso teve por objetivo a formação de surdos e ouvintes, em nível de graduação, para a atuação na educação de

surdos. O Curso de licenciatura em Letras/Libras teve como polos iniciais as universidades: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Instituto Nacional de Educação e Integração dos Surdos (INES), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (IFG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de São Paulo (USP). No ano de 2008, o mesmo curso foi ofertado como licenciatura e bacharelado, mantendo a modalidade a distância, como já era no início, mas passou a ser ofertado em 18 polos espalhados pelo Brasil: Universidade do Estado do Pará (UEPA), Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (Cefet-RN), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O curso de Letras/Libras selecionou 500 estudantes por vários estados, atendendo a todos de forma virtual, assim como também contou com uma diversidade de sinais, próprios das localidades dos participantes.

Segundo Quadros e Stumpf (2009, p. 3), o curso tentou levar em conta o surdo como protagonista da educação, tendo sua língua como fonte de instrução, de modo que “[...] há uma inversão das práticas comunicativas, a Libras é a língua de instrução em um curso em que ela própria é estudada”. Com esse curso, foi possível organizar o aprendizado de forma que a expressão do conhecimento em Libras fosse a fonte principal, a fim de perceber e apreenderem-se formas de como o surdo aprende. Aplicaram-se, finalmente, metodologias específicas ao ensino de surdos. “O curso é de Letras, licenciatura em língua brasileira de sinais, é um curso que tem o compromisso de formar professores dessa língua” (Quadros; Stumpf, 2009, p. 4).

Segundo o site da UFSC, ela é pioneira no que diz respeito aos cursos de formação de profissionais da área da surdez. Criou o primeiro curso de graduação em Letras Libras do Brasil e o curso de graduação em Letras Libras (Licenciatura), na modalidade a distância, iniciado em 2006, como projeto especial, com aporte

financeiro do MEC. Dois anos depois, foi criado o Bacharelado. Com a adesão ao Programa Viver sem Limite, do governo federal, em 2011, o curso de Letras Libras Educação a Distância (EaD), bacharelado e licenciatura, tornou-se regular na Universidade Federal de Santa Catarina. Com sua oferta, o MEC visa atender à demanda de formação de professores, para que possam assumir o ensino de Libras nas escolas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e nas universidades, como determina o Decreto n.º 5.626 de 2005.

Atualmente a UFSC oferece também o curso de Letras Libras⁸ na modalidade presencial, o qual habilita profissionais professores e tradutores-intérpretes de Libras em nível de bacharelado e licenciatura. O profissional licenciado está apto a atuar como professor de Língua Brasileira de Sinais nos espaços escolares. Em 2023, a UFSC firmou um convênio com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) com o intuito de se tornar um polo presencial para oferecimento de cursos daquela instituição, por meio de EaD. Na primeira ação da parceria, a UFSC ofereceu o curso de graduação em Pedagogia Bilíngue (Libras e Português) para surdos e ouvintes na modalidade a distância. O curso é promovido gratuitamente pelo INES, que fará também a certificação. O curso de Pedagogia Bilíngue já era ofertado pelo INES desde 2005. Esses cursos formaram e formam profissionais professores e tradutores intérpretes de Libras, entre eles instrutores surdos de Libras.

Dentre esses movimentos, na perspectiva de atender ao Decreto, também surge o exame de Proficiência em Libras (PROLIBRAS), instaurado pela Portaria MEC, n.º 20/2010, cujo objetivo é certificar a proficiência por meio de exame nacional para o uso, ensino, tradução e interpretação da Libras. A partir do exame de proficiência, em território nacional passaram a ser certificados profissionais com fluência linguística para o ensino e para a tradução da Libras. Segundo informes dos relatórios técnicos dos concursos disponibilizados no site da UFSC, o PROLIBRAS teve quatro edições, entre o período de 2006 a 2009.

Kraemer (2011), em sua pesquisa, destaca que, dentre as quatro realizações dos exames, o ano de 2006 foi o que teve mais surdos aprovados. No

⁸ Mais informações podem ser obtidas no site da universidade, disponível em: <https://ufsc.br/>. Acesso em: 02 dez. 2023.

total desse período, foram aprovados 1.475 candidatos surdos. Desse movimento surgiu mais um grupo de profissionais aptos a trabalhar na educação de surdos, assim podemos perceber mais um mecanismo do governo, a fim de atender as especificações das políticas educacionais vigentes no país. Segundo o site da UFSC, em 2010, 2012/2013 e 2015 houve mais três edições do concurso, depois disso não houve mais editais.

5.2 FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM BREVE PANORAMA NO PAÍS

A Plataforma Universidade 360 – observatório da educação superior proporciona um espaço que disponibiliza dados integrados e indicadores acadêmicos, orçamentários e de gestão de pessoas das universidades federais, por intermédio da plataforma do Censo da Educação Superior de 2009 a 2019, via plataforma do MEC. Com esta pesquisa, pude obter dados sobre estudantes formados em vários cursos na área da Libras de várias universidades do Brasil. Demais aspectos acerca dos dados dessas imagens e gráficos poderão ser mais aprofundados e desdobrados em pesquisas futuras, em vista das informações específicas que trazem.

Imagem 8 – Quadro de oferta de cursos de Libras no Brasil



Fonte: Recorte feito pela autora.

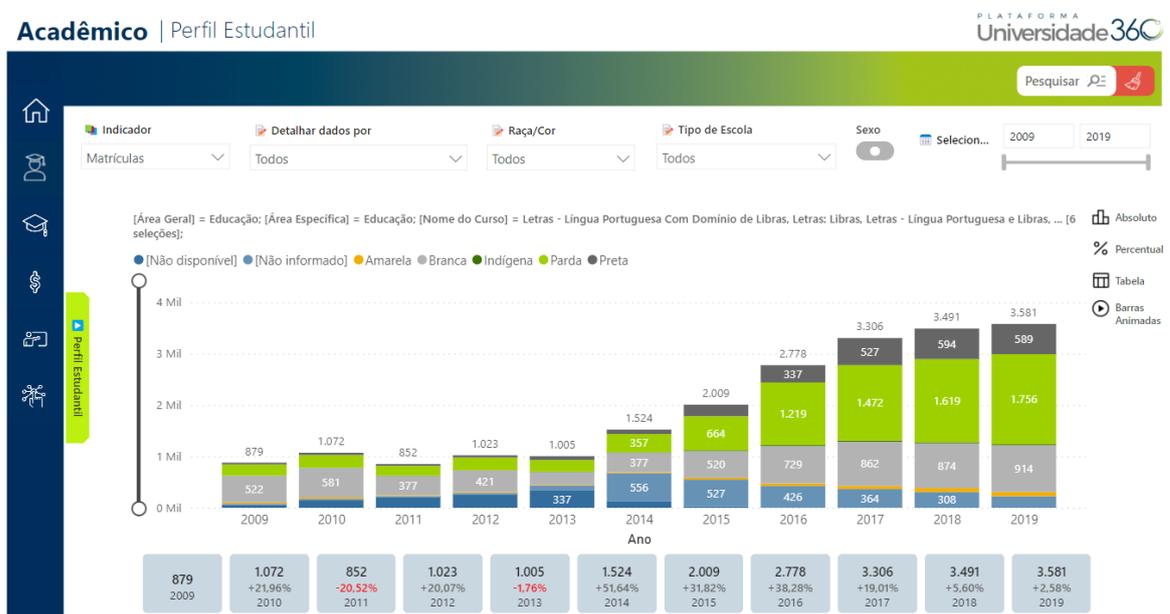
Ao realizar a pesquisa em 'oferta de cursos', com o descritor 'Libras', encontrei 44 cursos espalhados pelo Brasil, em 31 municípios, ofertados por 31 universidades distintas. Dentro os cursos ofertados estão:

- Letras-Libras nas universidades Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFCS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Rondônia (UNIR);
- Letras: Tradução e interpretação em Libras/português nas universidades Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);
- Letras - Libras - Português nas universidades Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);
- Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS/Língua Portuguesa na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);
- Letras - Libras - língua estrangeira na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);
- Letras - língua Português com domínio de Libras na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Os cursos são organizados na oferta de licenciatura e bacharelado, com turnos diversos entre matutino, vespertino, noturno, integral, e também na modalidade de Educação a distância (EaD). A carga horária varia entre 2.580, no curso de Letras - Libras da Universidade Federal de Roraima (UFRR) bacharelado noturno, a 3.435, no curso de Letras - Libras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) licenciatura matutino. A pesquisa que realizei, na data de 04 janeiro de 2024, demonstrou 1.265 vagas novas para os cursos, assim como registrava 4.177 matrículas dentro dos cursos ofertados. Em uma nova busca, selecionando apenas cursos presenciais, com o mesmo marcador 'Libras', houve o resultado de 39 cursos, em 28 municípios, com oferta de 1.035 vagas e 3.496 matrículas na mesma data informada acima. Sobre os cursos EaD, os resultados mostraram cinco cursos, ofertados em cinco municípios, com 230 novas vagas e 621 matrículas.

Ao pesquisar no perfil do acadêmico, fiz uma nova busca, primeiro selecionando os alunos ingressantes nos cursos apresentados na plataforma. Coloquei os filtros: 'área geral educação' e selecionei todos os seis cursos disponíveis que contivessem Libras como enfoque (Letras - Libras; Letras - Libras - Português; Letras - Libras/língua Estrangeira; Letras - Língua Portuguesa Com Domínio de Libras; Letras - Língua Portuguesa e Libras; Letras: Libras). Assim, obtive o gráfico abaixo:

Imagem 9 – Gráfico de alunos matriculados



Fonte: Recorte feito pela autora.

O gráfico mostra que, de 2009 a 2019, a procura pelos cursos na área de Libras foi aumentando. Até o ano de 2013, percebemos no gráfico que as matrículas foram aumentando e logo diminuindo, mas, após 2014, apenas apresentaram aumento. Considerando que o Decreto regularizador da formação de profissionais na área da Libras iniciou em 2005 e tinha como prazo de cumprimento o ano de 2015, conseguimos compreender a busca pela formação, visto que a procura por profissionais com formação começou a ser maior, a fim de cumprir-se o prazo, que estava por encerrar.

Universidades do país inteiro precisaram contratar profissionais com formação na área da surdez, assim efetivamente se adequando às especificações redigidas na legislação. Esse movimento causou um efeito importante na difusão da Libras, pois os profissionais formados nos cursos de licenciatura devem passar pelo contato com a Língua de Sinais em sua formação acadêmica. Isso, em certa medida, reforça a matriz inclusiva, pois não há assim possibilidades de afirmar-se que os docentes formados em nível nacional não contemplem o mínimo de conhecimento linguístico e sobre a educação bilíngue de surdos. Efetivamente, esse investimento não garante que a educação de surdos seja mobilizada, nos distintos espaços educacionais de nosso país, a partir de uma matriz inclusiva sustentada no direito linguístico. Em outro gráfico, seleciono apenas alunos concluintes dos cursos.

Imagem 10 – Gráfico de alunos concluintes



Fonte: Recorte feito pela autora.

Percebe-se, a partir do gráfico, que, em 2013, muitos alunos não haviam concluído os cursos, mas, se olharmos para o período de 2014 a 2018, houve um importante aumento de alunos matriculados, sendo os dados de 2018 relativamente significativos.

Em março de 2018, no INES, foi criado o curso on-line de Pedagogia Bilíngue. Inicialmente havia 390 alunos distribuídos em 13 polos pelas 5 macrorregiões do País, nas universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Instituto Nacional de Educação e Integração dos Surdos (INES). Ao longo do processo seletivo, mais de 5000 candidatos tiveram interesse pelo curso.

O INES visa contribuir para a expansão do ensino público gratuito voltado para a educação de surdos no Brasil. Ao desenvolver inúmeras ações digitais bilíngues, a instituição concretiza um projeto de gestão audacioso de mudança de paradigma na formação de surdos e ouvintes, e de alta relevância para a sociedade brasileira, voltado para a promoção da igualdade de oportunidades e de equidade, e para o respeito à diversidade na consolidação de uma cultura democrática cidadã (Galasso; Esdras, 2018, p. 7).

Segundo Galasso e Esdras (2018), a iniciativa do instituto partiu de ações como o mapeamento dos estudantes surdos à criação de modelo de produção de materiais didáticos para educação bilíngue. Esse projeto resultou na criação do Núcleo de Educação Online (NEO). Para garantir que os estudantes surdos e ouvintes tivessem qualidade ao longo do curso, houve também a formação de profissionais para nele trabalhar com a metodologia aplicada. O curso foi credenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo reestruturado curricularmente e implantado em 13 polos de ensino em pesquisa, descentralizando as ações por meio de convênios com

institutos de rede federal tecnológica, universidades públicas e também com parcerias com a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Para que o curso pudesse ser desenvolvido de forma a atender a proposta bilíngue, precisou-se da utilização de materiais didáticos digitais. Para isso, houve a produção de objetos digitais de aprendizagem e um repositório digital bilíngue para armazenar a produção realizada ao longo dos cursos. O curso apresenta uma plataforma digital bilíngue, desenvolvida para atender as especificidades dos alunos surdos, como animações, jogos, gamificação, dessa forma possibilitando a interação *online*, a colaboração, a mediação e virtualização, de maneira que a comunicação entre os alunos acontece sempre em Libras.

5.3 A DIFUSÃO LINGUÍSTICA DA LIBRAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Em relação à difusão do direito linguístico, parte-se da compreensão segundo a qual a oficialização da Libras ampliou as discussões que focam na educação de surdos, a fim de regulamentar os procedimentos de efetivação referente à Libras no âmbito educacional, na difusão em todo território nacional. O artigo 14, capítulo 5, do Decreto n.º 5626 de 2005, menciona a necessidade de se “[...] apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos” (Brasil, 2005). O mesmo Decreto, além de determinar a existência de disciplina obrigatória de Libras nos cursos de formação de professores, também afirma a difusão da Libras, e com isso possibilita a constituição de formas de pensar a comunicação de surdos enquanto direito linguístico.

A difusão da Libras responde a um organograma político e a uma racionalidade específica. Investir nessa difusão linguística viabiliza que, entre outros aspectos, a formação dos sujeitos surdos esteja alinhada ao previsto pela racionalidade neoliberal, ou seja, sujeitos trabalhadores e consumidores participantes dos diversos setores da sociedade. Na lógica da educação inclusiva, o investimento se inicia naquele que aprende a Libras, para que este possa ensinar o surdo, dessa forma o sujeito surdo conseguirá ter condições de investir em si

próprio, com isso todos podem ser inscritos nas redes de consumo operadas pela racionalidade neoliberal. Quando analisamos os documentos legais sobre a política educacional inclusiva, percebemos a ideia de uma prática de governar os sujeitos surdos, que é apresentada pela difusão e consumo da Língua de Sinais e como a língua é tomada no contexto discursivo desses documentos.

Brown (2018) entende que, no sistema neoliberal, apesar de a austeridade e sacrifício serem defendidos em nome do bem econômico maior, o cidadão que vive dentro dessa lógica não possui garantia do benefício pessoal.

Karnopp (2009), Pereira (2009) e Fernandes (2006) abordam a discussão que remete à educação bilíngue de surdos não deve limitar-se à existência ou não do uso das línguas na escola, mas sim provocar inquietação para avaliarmos o papel das línguas e as implicações dos seus usos e ensino dentro da escola. Para além disso, considerando a racionalidade neoliberal, cabe tensionar de que forma a difusão linguística produz processos de subjetivação, pois estudos têm mostrado que:

[...] a língua de sinais torna-se um 'objeto de consumo', ou seja, essa estratégia possibilita um êxito na operação das condutas, pois o estado dessa forma capilarizada permite que cada um cuide de si e dos outros permanentemente. Dizendo de outra maneira, não se trata mais de fazer o surdo ouvir, mas fazer com que cada vez mais todos procurem aprender a língua de sinais, que poderá se constituir como um diferencial nos currículos (Lunardi-Lazzarin; Morais, 2015, p. 155).

Para hoje falarmos em modalidade de educação bilíngue de surdos, foi preciso um investimento na formação de profissionais da área, bem como na difusão da Libras, resultado da instituição legal de mobilizações da comunidade surda. A partir da modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil, verifica-se que ela não se encontra inscrita em uma matriz inclusiva de afirmação do direito linguístico dos sujeitos surdos, muito pelo contrário, as condições de possibilidade para a emergência da modalidade de educação bilíngue para surdos, em nosso país, encontram-se implicadas com as prerrogativas da racionalidade econômica neoliberal. Percebe-se que a educação de surdos não está sustentada pelas questões linguísticas, pois a formação inicial dos profissionais ainda demonstra

sinais de aprender para ter informação e não aprender para conhecer as condições políticas, históricas e culturais que sustentam determinada língua.

A partir da participação no fórum das escolas de surdos do Rio Grande do Sul, tenho contato com diversas escolas de surdos do estado e, por meio de relatos desse grupo, noto que cada vez mais há uma falta de atuação de professores surdos na educação básica. Percebo, pelas falas e experiências vividas nas escolas e na academia, que muitos surdos estão atuando na graduação e na pós-graduação, ministrando a formação em Libras de ouvintes, pois lá é que há a exigência da disciplina obrigatória, a fim de preparar os futuros professores para suas salas de aula. O INES fornece cursos de Libras gratuitos, favorecendo a disseminação da língua e possibilitando condições para uma comunicação com a pessoa surda, contribuindo para sua inclusão social. O movimento de formação de novos usuários de Libras ajuda na propagação dos conhecimentos sobre a Língua de Sinais e o sujeito surdo como sujeito pertencente à sociedade, capaz de se comunicar e expressar suas opiniões. O ingresso nos cursos de Libras do INES se dá por sorteio, somente para alunos com mais de 14 anos e alfabetizados. O curso é organizado através dos módulos II, III, IV e V, com duração total de cinco semestres e carga horária de 250 horas. Há opções de se estudar de forma presencial (no INES) ou EaD, contando com um ambiente virtual para acesso a materiais e contato com tutores, coordenadores e professores. Na página do curso, há informações bem claras de que não é uma habilitação para atuação como tradutor/intérprete de Libras, como instrutor de Libras ou como professor de Libras, mas explicitamente habilita o estudante para a comunicação básica em Libras.

Em 2010, a Lei n.º 12.310 de 1º de setembro regulamentou a profissão de tradutor intérprete de Libras. Com essa regulamentação, percebem-se outras possibilidades para colocar em funcionamento as práticas que efetivam a inclusão de surdos na escola regular, bem como sua participação no sentido de haver um instrumento de mediação da comunicação entre a população surda e a ouvinte. Dessa forma, tanto o surdo quanto o ouvinte, envolvidos nesse processo comunicacional, poderão se utilizar da mediação desse profissional, para efetivação do acesso à escola e ao conhecimento necessário para sua formação escolar. Por haver a presença do intérprete escolar, acredita-se que o sujeito surdo

terá a possibilidade de se formar a partir das mesmas oportunidades dos ouvintes, pois terá o intermédio do profissional tradutor intérprete, então assim poderá concorrer no mercado de trabalho e na sua vida adulta, como todas as demais pessoas da sociedade.

Gomides, Campello, Silva e Francioni (2022), na publicação *Surdez, educação de surdos e bilinguismo: avanços e contradições na implantação da Lei nº 14.191/2021*, apresentam relevantes considerações sobre o efeito dessa Lei para os surdos. As autoras relatam que a Lei pode ser considerada o aporte para uma mudança na educação de surdos, pois é parte de uma Lei maior, a LDB, que rege o sistema educacional brasileiro. Nesse prisma legal, a educação bilíngue toma um status relevante ao fazer parte da Lei que institui as diretrizes da educação nacional.

Assim, conquanto segundo a Lei nº 14.191/2021 a educação bilíngue seja prevista desde o nascimento da criança surda e por toda sua vida, na relação escola, universidade, pesquisa acadêmica, bem como haja garantia de acesso a materiais bilíngues para atender as necessidades dos surdos, a partir do estudo desenvolvido verifico que a difusão da Libras, tanto pela formação docente quanto por investimentos políticos, não se dá por meio de uma matriz inclusiva sustentada no direito linguístico. Constato, então, uma formação ainda incipiente nas demandas linguísticas dos surdos com disciplinas com carga horária irrisória para a aprendizagem de uma língua com todas as suas variantes e complexidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as condições de possibilidade para a emergência da modalidade educação bilíngue de surdos no Brasil. A modalidade de educação bilíngue de surdos, evidenciada pela Lei nº 14191 de 2021, emerge de uma matriz inclusiva, que ora passa a ser mobilizada pela comunidade surda em prol da afirmação e da garantia do direito linguístico, ora é mobilizada por saberes do campo da Educação Especial. Nesse enfoque, dois investimentos têm sido operados pelo Estado, um na ordem da formação docente para a educação de surdos e, outro, na ordem da difusão da Libras para a educação de surdos.

Essa afirmação contempla a problematização desenvolvida a partir do objetivo geral, que compreende uma análise das condições de possibilidade para a emergência da modalidade educação bilíngue de surdos no Brasil. Esse objetivo foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) analisar a perspectiva linguística para educação bilíngue de surdos no Brasil nas últimas décadas; b) compreender as condições de emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil.

Utilizei-me dos estudos desenvolvidos por Michel Foucault, enquanto ferramentas de apoio à presente pesquisa, analisando o documento como monumento. Isso requer, do pesquisador, uma mirada para a materialidade que compõe o corpus da pesquisa, considerando aquilo que o texto produz, a partir de determinado regime discursivo.

Para analisar a perspectiva linguística para a educação bilíngue de surdos no Brasil nas últimas décadas, realizei uma retomada histórica dos movimentos da comunidade surda acerca da educação bilíngue de surdos no Brasil. As tensões políticas assumem uma dimensão de direito linguístico e investem na demarcação de espaços educacionais que mobilizam práticas culturais, identitárias e políticas de afirmação da diferença. É em busca da afirmação do direito linguístico que a comunidade surda mobiliza distintas ações na década de 1990, garantindo, assim, a Libras como meio de interação e comunicação da comunidade surda, na primeira década do século XXI. Para além disso, ações políticas têm sustentado a

educação de surdos em uma perspectiva cultural e de afirmação potencial dos marcadores culturais que englobam a educação de surdos.

O paradigma da educação bilíngue de surdos, mobilizado pela comunidade surda, tem situado a surdez em uma perspectiva socioantropológica. Entretanto, os investimentos operados pelo Estado brasileiro, considerando as reivindicações da comunidade surda, inscrevem esse paradigma educacional em uma matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial. Tal matriz constitui, ao longo das últimas duas décadas, fundamentalmente, a ampliação das condições de formação docente para a educação de surdos e a difusão da Língua de Sinais no País.

Ao chegar ao final desta pesquisa, percebo que o tripé de todo o processo de análise se dá, primeiro: pelos movimentos da comunidade surda em prol de uma educação bilíngue; segundo: da afirmação dos direitos linguísticos, e, terceiro: por meio da matriz inclusiva.

Como mostrei na pesquisa, inúmeros cursos e turmas foram abertos para a formação de profissionais e muitos deles atuam nas escolas, instituições e universidades. A difusão da Libras nas universidades, cursos, especializações para profissionais, principalmente da área educacional, vem com o objetivo de incluir todos no mercado, nesse caso em específico os surdos. Sob essa lógica, o Estado deixa de ser o responsável pelos possíveis riscos sociais produzidos por sujeitos surdos que não tenham acesso ao desenvolvimento linguístico adequado. Nesse movimento, a instituição da modalidade de educação bilíngue para surdos converte os sujeitos surdos em partícipes de uma matriz inclusiva sustentada pela perspectiva da Educação Especial. Trata-se de um movimento que torna cada um responsável pelo próprio desenvolvimento e é essa matriz que, entre outros aspectos, tem, ao longo das últimas décadas, mobilizado práticas para a efetivação legal da modalidade de educação bilíngue de surdos.

A proposição de uma educação bilíngue para surdos e seus desdobramentos político-pedagógicos ainda representam um acontecimento incomum no cenário educacional brasileiro; há cerca de duas décadas, somente, a educação bilíngue toma uma importância nas políticas públicas brasileiras em virtude da pressão dos movimentos sociais, da produção de pesquisas, da área da

educação e da linguística. Há muito o que se fazer em relação à educação de surdos e à conquista de vários direitos ainda não reconhecidos, inclusive no reconhecimento de uma educação mais voltada para a questão linguística dos alunos e não só de inclusão.

Considerando o problema de pesquisa, ou seja, quais as condições de possibilidade para a emergência da educação bilíngue de surdos no Brasil?, compreendo, a partir da análise dos dados, que as condições de possibilidade para a emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos se efetivam em uma matriz educacional inclusiva. Nessa matriz, a afirmação do direito linguístico é suplantada pelo recorte de uma política inclusivista. Aqui se mostra o contraponto entre a educação inclusiva e a educação bilíngue de surdos: a primeira opera na inclusão do aluno dentro de um sistema educacional que busca minimizar as diferenças, enquanto a segunda foca nas especificidades, apropriando-se da língua e da cultura do surdo, percebendo o educando como diferente, partindo dessa premissa para alinhar a questão educacional.

Dessa forma, vejo a continuidade da discussão, dos temas desta pesquisa, com os movimentos mais atuais. A pesquisa se torna uma ferramenta fundamental para a constituição de outros modos de significar movimentos políticos e tensionamentos do campo da educação de surdos. Nesse caminho, que não é fácil, desvinculamo-nos do tema de pesquisa diversas vezes, desafiados todos os dias, mas é no processo de ler, reler, analisar, investigar e escrever que vamos construindo novos olhares sobre nosso objeto de pesquisa, neste caso a modalidade de educação bilíngue de surdos.

No decurso da pesquisa e, sobretudo, nesta etapa final, percebo-me como alguém que aprendeu muito, mas que não esgota a sua investigação por aqui. A importância de um grupo de pesquisa e de uma orientadora que nos acompanhem no percurso é fundamental para o processo. Uma pesquisa não é construída e delineada na singularidade do pesquisador, e sim de um coletivo que pensa e provoca outros significados. A profissional de hoje reflete, em seu ambiente profissional, o que leva da academia, as aprendizagens desse período de formação são inúmeras e valiosas para a escola na qual atuo. Os meus alunos surdos e a escola bilíngue foram imensamente necessários para mim neste

momento de estudo e escrita, agora quero ser para eles o melhor que puder ser com o conhecimento que adquiri.

Neste momento, de encerramento de escrita, pelo menos desta etapa em específico, encaminho este estudo às pessoas que, como eu, inquietam-se com os aspectos da educação de surdos e os procedimentos políticos em relação à organização de um projeto político-pedagógico que os acolha de forma linguística e cultural. Deixo minha pesquisa para que outros venham contestar e aprimorar meus estudos. Também penso em deixar esta pesquisa para que educadores possam perceber a educação bilíngue de surdos e os processos de inclusão escolar como prerrogativas sustentadas por uma matriz inclusiva e que requer mobilizações em prol da efetivação gradual e ampla dos direitos linguísticos.

Não tive por objetivo, com o presente estudo, colocar a perspectiva política de educação bilíngue de surdos em suspenso, pelo contrário, ciente de que a organização dos processos escolares é voltada para o sujeito surdo, sua língua, cultura, comunidade, o movimento produzido na análise buscou problematizar o quanto, as condições de possibilidade para a emergência da modalidade de educação bilíngue de surdos, responde a uma racionalidade inclusiva. A partir desse movimento, espero que, da pesquisa aqui desenvolvida, possam surgir outros questionamentos, debates, tensionamentos, de diferentes perspectivas e experiências. Entendo que, nesse movimento permanente, é possível ampliar o leque de discussões dos estudos surdos e da educação bilíngue de surdos, de modo que a modalidade de educação bilíngue de surdos possa reverberar possibilidades distintas de afirmação da diferença e de configuração política do direito linguístico para todos os sujeitos surdos. Este é o desafio que mobiliza o olhar atento do pesquisador e assim desejo percorrer outros investimentos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Márcia A. B.; GONÇALVES, Josiane P. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: um breve percurso de sua história e propostas. **Conhecimento Online**, v. 1, p. 36-44, 2017.

ASPILICUETA, Patricia; LEITE, Carla Delani; ROSA, Emileine Cristine Mathias; CRUZ, Gilmar de Carvalho. A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 19, n. 3, set 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000300007>.

BOLÍVAR, Antonio. Ciudadanía y escuela pública en el contexto de diversidad cultural. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, Cidade do México, n. 20, p. 15-38, 2004. Disponível em: <https://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2011/08/35.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BONIN, Iara Tatiana; RIPOLL, Daniela; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos. Por que Estudos Culturais? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236100356>. Acesso em: 27 ago. 2023.

BOSCO, Daniella Cristina. **Educação bilíngue para surdos**: práticas discursivas em tempos de inclusão. Orientadora: Dra. Sandra Eli Santoreto de Oliveira Martins. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2014.

BRAGA, Rosa Maria da Cruz. **Para além do silêncio**: outros olhares sobre a surdez e a educação de surdos. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BRASIL. LDB - Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei n.º 10436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. **Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à Política Linguística de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2014a.

BRASIL. Lei Federal n.º 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jun. 2014b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: apresentação da primeira versão. Brasília: MEC, 2015a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_n.03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular, proposta preliminar**: segunda versão revista. Brasília, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento referência da Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518a_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Movimento pela Base Nacional Comum**: dimensão e desenvolvimento das competências gerais da BNCC-MBNC. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wpcontent/uploads/2018/03/BNCC_Competicencias_Progressao.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Lei n.º 14191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 05 out. 2022.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: ZAZIE EDIÇÕES, 2018.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007.

CAMATTI, Liane; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Cultura e comunidade surda: intersecções e emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço escolar. **Rev. Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 36, p. 91-102, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 05 out. 2022.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Dossiê - Educação Bilíngue para Surdos: Política e Práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37229>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. 236 p.

CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal**. Lisboa: Surd'Universo, 2007.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos I**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

COSTA, Marisa Vorraber; WORTMANN, Maria Lúcia; BONIN, Iara Tatiana. Contribuições dos Estudos Culturais às pesquisas sobre currículo ? uma revisão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, p. 509-531, 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/costa-wortmann-bonin.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

EYNG, Daline Backes. **A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto de vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

FAVORITO, Wilma; SILVA, Ivani Rodrigues. A busca, o encontro, o caleidoscópio: Novas perspectivas para uma educação linguística ampliada para surdos. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 38, n. 4, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202259466>.

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação bilíngue para surdos**: identidades, diferenças, contradições e mistérios. Orientador: Dr. Carlos Alberto Faraco. 2003. 213 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

FERNANDES, Sueli. **Práticas de letramento na educação bilíngüe para surdos**. Curitiba: SEED, 2006.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em revista**, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37014>. Acesso em: 02 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Traduzido por Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos & escritos V**: ética, sexualidade, política. 2. ed. Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizado e Traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GALASSO, Bruno; ESDRAS, Dirceu (Org.). **A escolarização de estudantes surdos no Brasil**: educação básica. Rio de Janeiro: INES, 2018.

GIORDANI, Liliane Ferrari; GAI, Daniele Noal; MARINS, Cássia Lobato. Cartografando currículos na educação de surdos: saberes e práticas docentes entre-diferenças. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 79-103, set./dez. 2015.

GÓES, Maria Cecília R.; TARTUCI, Dulcéria. Alunos surdos na escola regular: as experiências de letramento e os rituais da sala de aula. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite; TESKE, Ottmar (Org.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 110-119.

GOMES, Anie Pereira Goulart. **Condições de existência do sujeito surdo**: os efeitos discursivos de língua, cultura e comunidade nos modos de vida contemporânea. 2020. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23009/TES_PPGEDUCA%c3%87%c3%83O_2020_GOMES_ANIE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 06 mar. 2022.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; CAMPELLO, Ana Regina e Souza; SILVA, Erliandro Felix; FRANCONI, William Velozo. Surdez, educação de surdos e

bilinguismo: avanços e contradições na implantação da Lei nº 14.191/2021. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 7, 2022. DOI: 10.5216/rs.v7.72116. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/72116>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GREMIÓN, Jean. A proposta bilíngue de educação do Surdo. **Revista Espaço: informativo técnico-científico do INES**, Rio de Janeiro, INES, n. 10, jul./dez. 1998.

GROSSBERG, Lawrence. Cultural Studies in search of a method, or looking for conjunctural analysis, **New Formations**, n. 96/97, p. 38-68, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.3898/NEWF:96/97.02.2019>.

KARNOPP, Lodenir. Aquisição da Linguagem de Sinais: uma entrevista com Lodenir Karnopp. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 3, n. 5, ago. 2005. ISSN 1678-8931.

KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, Ana Claudia Balieiro *et al.* (Org.). **Letramento e minorias**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia L. SURDEZ: Um território de fronteiras. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 14-23, jun. 2006. ISSN: 1676-2592.

KRAEMER, Graciele Marjana. **Estratégias de governo dos sujeitos surdos na e para a inclusão escolar**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/32220>. Acesso em: 06 jul. 2022.

KRAEMER, Graciele Marjana; PONTIN, Bianca Ribeiro; LOPES, Luciane Bresciani. Cidadania linguística e a educação de surdos. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, Sinop/MT/Brasil, v. 10, n. 2, p. 002-020, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215121>. Acesso em: 06 jul. 2022.

KRAEMER, Graciele Marjana; LOPES, Luciane Bresciani; WITCHES, Pedro Henrique. Produção acadêmica do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos [Brasil, 2006 - 2020]. **TEXTURA - ULBRA**, Canoas, v. 24, p. 172-205, 2022.

LACERDA, Cristina B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>. Acesso em: 25 maio 2022.

LACERDA, Cristina. A Inclusão Escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669>. Acesso em: 31 abr. 2023.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, n. 2, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382007000200008>.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A leitura como espaço discursivo de construção de sentidos**: oficina com surdos. 2004. Tese (Tese de Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100004>. Acesso em: 31 abr. 2023.

LOPES, Luciane Bresciani. **Emergência dos estudos surdos em educação no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/172212>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular. **Cadernos de Educação**, Pelotas, FaE/PPGE/UFPel, v. 36, p. 69-90, maio/ago. 2010.

LOPES, Sonia de Castro; FREITAS, Geise de Moura. A construção do projeto bilíngue para surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos na década de 1990. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, v. 97, n. 246, May-Aug. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/374713703>.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Acima de tudo, que a escola nos ensine. Em defesa da escola de surdos. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 4, p. p. 691-704, 2017.

LOPES, Rodrigo Touse Dias. Monumento e genealogia: notas sobre Michel Foucault. **Revista Nucleus**, v. 2, n. 1, abr./out. 2004.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia L.; MORAIS, Mônica Z. Institucionalização da Língua Brasileira de Sinais na lógica inclusiva. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 147-165, 2015. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revistaespaco/article/view/1298/1302>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LUNARDI-LAZZARIN, Marcia Lise; MORAIS, Mônica Zavacki. Políticas de Educação Bilíngue Para Surdos: Jogos de Disputa no Contexto da Educação Inclusiva Brasileira. **Revista Digital de Políticas Linguísticas**, Año 8, v. 8, nov. 2016. ISSN 1853-3256.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Educação de Surdos e Proposta Bilíngue: ativação de novos saberes sob a ótica da filosofia da diferença. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623661117>.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais**: relações de poder e (re)criações do sujeito. Orientadora: Dra. Regina Maria de Souza. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORAIS, Mariana Peres de; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Educação bilíngue inclusiva para surdos como espaço de resistência. **Pro-Posições**, Campinas, v. 31, p. e20180089, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8660700>. Acesso em: 25 out. 2022.

MORAIS, Mônica Zavacki de. **The emergence of bilingual education policies to deaf in brazil in an inclusive rationality**. 2015. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MOURA, Maria Cecília. **O Surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MÜLLER, Janete Inês; KARNOPP, Lodenir Becker. Educação bilíngue de surdos no Rio Grande do Sul. **Revista Espaço**, 2017. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/204121/001109743.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MÜLLER, Janete Inês; STÜRMER, Ingrid; KARNOPP, Lodenir Becker; THOMA, Adriana. Educação bilíngue para surdos: interlocução entre políticas linguísticas e educacionais. **Nonada: Letras em Revista**, Porto Alegre, Laureate International Universities, v. 2, n. 21, out. 2013.

NOVA lei inclui educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB. **Agência Senado**, Brasília, 04 ago. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb>. Acesso em: 11 jun. 2023.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lúcia; SILVA, Larissa Jorge; MIMESSI, Soraya D'Angelo. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-353920150193892>.

OLIVEIRA, Priscila; LOCKMANN, Kamila. Base Nacional Comum Curricular e inclusão escolar: problematizando os discursos acerca da construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. **Horizontes**, v. 40, n. 1, e022004, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1174>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimento e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. In: LODI, Ana Claudia Balieiro *et al.* (Org.). **Letramento e minorias**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 47-55.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico**. [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. Aquisição de L1 e de L2: o contexto da pessoa surda. In: SEMINÁRIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS, 1997, Rio de Janeiro, INES. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Ed. Littera Maciel Ltda, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. O bi do bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. v. 1. p. 26-36.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de; STUMPF, Marianne Rossi. O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais: educação a distância. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 169-185, jun. 2009.

REIS, Elisa Helena Meleti. **O surdo na perspectiva inclusiva: acesso, permanência e êxito no ensino (?)**. 2019. 159 f. Orientadora: Célia Maria David. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2019.

SALES, Elielson Ribeiro. **A Visualização no Ensino de Matemática: uma Experiência com Alunos Surdos**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

SCHUBERT, Silvana Elisa de Moraes. **Políticas públicas e os sentidos e significados atribuídos pelos educandos surdos ao intérprete de língua de sinais brasileira**. 2012. 205 f. Orientador: Dr. Daniel Silva. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, 2012.

SKLIAR, Carlos. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique; SILVA, Renata Carolina da. Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 2, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-737222245009>.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 1, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-353920150201917>.

SILVEIRA, Carolina Hessel. O lugar do humor surdo no novo momento da cultura surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 57, jan./jun. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/265674>. Acesso em: 09 dez. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 – A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

SOUZA, Camila Ramos Franco de. **Educação bilíngue para surdos: análise de práticas pedagógicas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16092>. Acesso em: 31 jan. 2023.

STUMPF, Mariane. Educação bilíngüe para surdos: relatos de experiências e a realidade brasileira. In: QUADROS, Ronice Muller de; STUMPF, Mariane Rossi. **Estudos surdos IV**. Petrópolis: Arara Azul, 2009.

STÜRMER, Ingrid Ertel. **Educação bilíngue: discursos que produzem a educação de surdos no Brasil**. Orientadora: Dra. Adriana da Silva Thoma. 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TEDESCHI, Sirley Lizott; PAVAN, Ruth. A produção do conhecimento em educação: o Pós Estruturalismo como potência epistemológica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, set./dez. 2017.

THOMA, Adriana da Silva. A afirmação da diferença e da cultura surda no cenário da educação inclusiva: desafios para o currículo. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana de Amorim (Org.). **Estudos Culturais e Educação**: desafios atuais. Canoas: Editora da ULBRA, 2012.

THOMA, Adriana da Silva. Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623661087>.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. **Políticas de In/exclusión de las personas con discapacidad**: el caso de Brasil. Barcelona: Editorial de la Universitat Oberta de Catalunya, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007.

VIEIRA, Franciele Batista de Almeida. **O aluno surdo em classe regular**: concepções e práticas dos professores. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. A Constituição de uma Educação Bilíngue e a Formação dos Professores de Surdos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623661083>.

WITCHES, Pedro Henrique. **Governo Linguístico em Educação de Surdos**: Práticas de Produção do Surdus Mundi no Século XX. 2018. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

WITCHES, Pedro Henrique. A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação. Artigos: inclusão e educação de populações em situações de risco ou vulnerabilidade social. **Cadernos CEDES**, Campinas, 41, n. 114, May-Aug. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC239651>.

WITCHES, Pedro Henrique; LOPES, Maura Corcini. Vulnerabilidade linguística e educação de surdos. **Momento - diálogos em educação**, v. 29, p. 203-221, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9272>.